

ATA Nº19

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 25 de setembro de dois mil e vinte.** -----

-----Ao vigésimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas dezoito horas e trinta minutos, no Anfiteatro do Centro de Educação e Recreio de Vagos, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Madalena Marques Santos Simões Pinto e Victor Fernando dos Santos Neto com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30/06/2020;** -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

-----**C – Justificação de faltas;** -----

-----**D – Intervenção do Público;** -----

-----**E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

-----**F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE PARA 2021;**

----- **PONTO TRÊS: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- **PONTO QUATRO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CARVOEIRO – VOUGA – (AMC-VOUGA) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS;** -----

----- **PONTO CINCO: ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE VAGOS – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO;** -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

----- **PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM;** -----

----- **PONTO OITO: NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – ANOS 2020 E 2021.** -----

-----Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ----

-----Juan Carlos Ferreira Martins, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Elisabete Pequeno, Tony Richard de Oliveira Almeida, Xavier Prior Neto, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, Sérgio Domingos em substituição de Sérgio Martins e Hugo Jorge, em substituição de Maria Pedro Silva, eleitos na lista do PSD; -----

----- Basílio de Oliveira, Jorge Henrique da Graça Pereira, Patrícia Neves Ferreira, António Bastião em substituição de Paulo Alexandre Ferreira Malta, eleitos na lista do CDS. -----

----- Óscar Gaspar e Maria Sanches, em substituição de Bruno Julião, eleitos na lista do PS. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes

Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouca; Silvério de Jesus Rua, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos; Amílcar de Oliveira Raimundo, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos, Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza e Maribel Julião, em representação de Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à presente sessão os senhores Deputados Sérgio Martins, Maria Pedro Silva, Liliana Barreira, Sara Andrade, em substituição de Liliana Barreira, Bruno Julião, Maria Helena Marques, Paulo Alexandre Malta e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Vereadores, senhora Susana Gravato, senhor Pedro Miguel Carvalhais Bento e o senhor João Domingues. -----

-----**A – Apreciação e votação da ata da sessão de 30 de junho de 2020.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata, da sessão realizada no dia trinta de junho de dois mil e vinte, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, não tendo votado os membros que estiveram ausentes na respetiva sessão. -----

-----**B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.**-----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por agradecer à Direção do Centro de Educação e Recreio a cedência do Anfiteatro, para que esta sessão pudesse ser realizada com as devidas medidas de segurança. O senhor Presidente teve o cuidado de falar previamente com os Porta Vozes dos grupos municipais para os auscultar no sentido de saber se fazia sentido a realização desta sessão já de forma presencial, tendo em conta as regras e normas de segurança, impostas pela DGS, que todos estão obrigados a cumprir e a pedir para que se cumpra. No entender do senhor Presidente este espaço tem dignidade e condições diferentes das do Palacete Visconde de Valdemouro e permite que esta sessão se realize de forma segura. Agradeceu, também, aos funcionários da Câmara Municipal que prepararam o espaço para que tudo estivesse de acordo com o exigido e para que fossem dadas as condições necessárias para os trabalhos decorrerem sem qualquer inconveniente. Atendendo ao momento, é muito importante que se cumpram as regras, nomeadamente o distanciamento e o uso da máscara por forma a que se realizem os trabalhos em segurança. O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, da qual não foram enviadas fotocópias aos elementos da Assembleia Municipal, no período compreendido entre os dias um de julho e vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte. O senhor Presidente fez referência a uma carta enviada pelo Presidente do ACeS onde esclarece, em relação ao assunto que foi discutido na sessão de nove de junho de dois mil e vinte, onde este participou, que os inscritos na USP de Vagos residentes na Gafanha da Boa Hora são trezentos e vinte e dois. Realçou também, que irá haver eleições para a CCDR, a decorrer no próximo dia treze de outubro de dois mil e vinte, e que todos os membros

desta Assembleia serão convocados para esse ato eleitoral. O senhor Presidente informou de que os documentos estão disponíveis para quem os quiser consultar -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Deputados Sérgio Martins, Maria Pedro Silva, Liliana Barreira, Bruno Julião, Maria Helena Marques e Paulo Alexandre Malta à sessão de hoje. -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Do público pediu para usar da palavra o senhor Silvino Corticeiro, da Freguesia da Gafanha da Boa Hora, para colocar três questões. A primeira prende-se com a Rua dos Marinheiros e as casas ilegais que lá estão construídas. Neste sentido, solicita à Câmara Municipal ajuda, colocando aquela rua no PDM para ver se é possível legalizar aquelas habitações. Muitos problemas têm surgido, estando a Câmara Municipal a par da situação, e, por isso, o senhor Silvino gostaria que na próxima alteração ao PDM esta questão fosse tida em conta. A segunda questão prende-se com o autocarro escolar, ou seja, a lotação do autocarro não é respeitada. Os ocupantes vão em “pilha”, os corredores vão cheios de crianças, os bancos vão lotados. Tem crianças que vão ao colo umas das outras e isto não pode acontecer, porque se calha a haver um acidente a situação pode não ser boa. A terceira questão tem a ver com o Cruzamento da Vagueira, situação já aqui alertada há cerca de um ano pelo senhor Silvino e até hoje ainda nada foi feito. Neste sentido, pergunta se já alguma coisa pensada para aquele local. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelo senhor Silvino Corticeiro. Em relação à Estrada dos Marinheiros, tal como o próprio referiu, as casas foram construídas ilegalmente. Não é uma matéria fácil, esse processo já foi alvo de reivindicações por parte da Câmara Municipal em sede da Revisão do PDM em dois mil e nove. Não é seguramente a situação mais fácil para resolver na Gafanha da Boa Hora. Há outros problemas para responder naquela Freguesia, nomeadamente na estrada da Alta Tensão, que são mais fáceis de responder do que propriamente este da Estrada dos Marinheiros. A Câmara Municipal está no âmbito de uma Revisão do PDM, não é uma alteração é só uma revisão, onde é possível fazer-se algumas alterações e ir-se-á tentar incluir essa situação. Não é nada que a Câmara Municipal consiga assegurar, mas irá tentar. A Câmara Municipal irá também tentar que essas zonas ou essas casas que foram construídas ilegalmente possam entrar em zona de construção, mas é preciso que depois essas construções cumpram as condições mínimas de salubridade e edificativas. Não será o facto de se legalizar a Rua dos Marinheiros, ou algum dos terrenos daquela zona, que as casas passam a ficar legais, nomeadamente uma questão que foi do conhecimento público de uma pessoa que habita uma casa ilegal, e que quer a Junta de Freguesia quer a Câmara Municipal, através dos serviços da Ação Social, têm acompanhado, e que não cumpre as condições mínimas de habitabilidade. Aquele espaço não é pelo facto de aquela rua passar a ficar incluída em zona de construção no PDM, caso fique, que passa a ficar

legal, e será extraordinariamente difícil legalizar aquela habitação. Será necessário um longo processo para legalizar aquela habitação. Nesta sessão será apresentada e discutida a Estratégia Local de Habitação onde esta situação que está referenciada na Freguesia da Boa Hora, e o senhor Presidente só falou nela por ser do conhecimento público. A situação tem sido acompanhada pela Câmara Municipal, através dos serviços de Ação Social, e a garantia que pode ser dada é que o senhor que habita aquele espaço não ficará, obviamente, sem ter um espaço onde ficar. Quanto às outras habitações, para já, há aqui um processo complexo de colocação daqueles terrenos em zona de construção e depois terá de haver um processo de licenciamento das casas, caso a primeira situação se resolva, mas não é uma coisa imediata. Quanto à questão do autocarro escolar o senhor Presidente terá de contradizer o que foi dito pelo senhor Silvino Corticeiro, porque não corresponde à verdade. A Câmara Municipal já havia recebido uma queixa de um pai e foi verificar o que se passava. O que se passa com o autocarro escolar da Gafanha da Boa Hora é que este é um autocarro articulado, permite um determinado número de passageiros sentados e um determinado número de passageiros em pé. Inicialmente a estratégia de transportes mereceu uma grande atenção por parte da Câmara Municipal na abertura no ano escolar e o que fez foi articular com a TRANSDEV, que é a operadora que trabalha no Concelho de Vagos, a possibilidade de algumas carreiras serem desdobradas e haver autocarros das IPSS's a trabalhar no desdobramento dessas carreiras. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- O senhor António Bastião usou da palavra e referiu que mais um verão que passou e as vias de acesso às praias do Concelho de Vagos não estão nas melhores condições e, por isso, pergunta se estão previstas algumas reparações para as mesmas. Em relação à estrada Rines-Sanchequias, entre Sanchequias e Ponte de Vagos Norte, há uma longa distância que não tem qualquer lomba elevatória o que pode permitir que se atinjam velocidades muito elevadas e com algum prejuízo para a prevenção rodoviária. Perguntou, ainda, se estava prevista a colocação de semáforos junto ao café “Pau de Canela” e para quando está prevista a conclusão final deste troço rodoviário. Relativamente à recolha de lixo existe uma nova empresa a fazer este serviço e o senhor Deputado quer saber porque é que os contentores ainda não foram substituídos. Em outros Concelhos onde esta empresa atua uma das primeiras coisas a acontecer é precisamente a colocação de contentores novos. Para terminar informou que o lugar de Rio Tinto já tem fibra da MEO e isto aconteceu por causa de uma petição pública on-line onde muitas pessoas assinaram mostrando a sua determinação. A Junta de Freguesia de Ouca também ajudou e encabeçou a lista de assinaturas. Na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia, Hugo Santos, ficou um agradecimento pelo excelente trabalho executado. -----

----- O senhor Deputado José Martins usou da palavra e referiu que é com muito gosto que se volta a sentar na Assembleia Municipal e espera que se continue a ter esta maneira de se reunirem. Entretanto, referiu-se ao trânsito na vila de Vagos que continua a ser caótico. É preciso encontrar uma solução rápida para os camiões de forma a diminuir a sua passagem na EN 109. No entanto, para isso ter-se-á de pensar primeiro em soluções nas vias adjacentes e as estradas de

Cantanhede e da Banda Vaguense precisam de ser modificadas/alteradas para que se possa ter um melhor trânsito, mesmo em termos pedonais, porque passa por ali muita gente. Outra questão que abordou prende-se com a época balnear, ou seja, perguntou como é que a mesma correu este ano com estas limitações todas. -----

----- A senhora Deputada Patrícia Ferreira usou da palavra e perguntou se já existe alguma previsão para a abertura do Posto de Saúde do Covão do Lobo. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra para colocar três questões e deixar uma preocupação. A primeira questão diz respeito à estrada Rines – Sanchequias, entretanto já aqui referida. A segunda questão prende-se com as marcações que andam a ser feitas relativas a uma rota/trilhos referentes à Grande Rota da Ria de Aveiro. O senhor Deputado pergunta como é que está a ser feito este trabalho e por quem é que está a ser feito. A terceira questão tem a ver com a transferência de competências da Junta de Freguesia, ou seja, qual o ponto de situação deste assunto. A preocupação que partilhou é aquilo que se está a passar, não só no Concelho de Vagos, mas no país, com as IPSS's. O senhor Deputado fala deste assunto com alguma preocupação, porque lhe toca pessoalmente. Todos os dias se houve falar das IPSS's na televisão pelos piores motivos, com as direções das instituições a serem apontadas, com culpa ou sem culpa não interessa. A questão é que os Autarcas têm de ter consciência da importância das IPSS's e das Misericórdias e dos utentes que lá estão e das pessoas que lá trabalham. Muito se tem falado, incluindo no próprio PSD. O senhor Deputado já manifestou esta situação a nível distrital, há preocupação de todos os intervenientes da ação social, mas o que é certo, é que não se vê fazer nada. O senhor Deputado tem falado com imensas instituições e imensos Autarcas e a situação repete-se em todo o Distrito de Aveiro e, aparentemente, em todo o país. Há um programa que se chama o ADAPTAR SOCIAL+ que vai apoiar os custos dos EPI's nas instituições que é a única coisa que até hoje têm tido do Estado. Em dois meses a instituição que o senhor Deputado dirige gastou seis mil e duzentos euros. Este programa é para dez mil euros. A instituição que o senhor Deputado dirige é pequena e os dez mil euros é para todos e é até dezembro. O único apoio que houve até este momento foi o da Câmara Municipal e isto é a nível geral. Do Governo os apoios que têm surgido são apoios de televisão, e o senhor Deputado diz isto porque vai-se a ver as obrigações e as instituições desistem de se candidatar a algumas das situações. O senhor Deputado deixa esta preocupação e mostrou-se disponível para mostrar a quem quiser o que se passa na instituição que dirige, a descoordenação total entre a saúde e a segurança social, isto é mais que óbvio. O senhor Deputado deixa ainda esta preocupação ao senhor Presidente da Câmara enquanto Autarca, e fazer parte do grupo de autarcas do país, para que fale em voz alta pelas instituições. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por referir que este período antes da ordem de trabalhos serve para colocar questões, mas também para fazer eco das preocupações que os municípios vão fazendo chegar. O senhor deputado partilha da mesma preocupação do senhor Deputado José Martins, no que respeita ao trânsito em Vagos que merece uma atenção especial. A requalificação das vias em geral também tem sido uma das grandes

preocupações e no Pano de Atividades aparece uma listagem muito grande mas as pessoas ficam sem saber o que é que a Câmara, e muitas vezes as Juntas de Freguesia, vai fazer. O que pretende que se faça é que a Câmara Municipal crie no site, ou faça um micro site, em que diga Freguesia por Freguesia o que é que se vai requalificar. Entretanto, colocou duas questões em relação a terrenos, tendo uma delas a ver com o terreno no Labrego, ao lado do VagaSplash, a informação que há é que foi adquirido pela Câmara Municipal. Estiveram lá estacionadas centenas e centenas de viaturas por dia numa zona que é sensível, uma zona dunar, num estacionamento selvagem, foi aberto para os carros lá estacionarem mas sem nenhum tipo de ordenamento e sem nenhuma preocupação, por exemplo, para a possibilidade de haver um incêndio ou haver qualquer problema com os carros lá estacionados. A pergunta que coloca é se de facto a Câmara Municipal adquiriu o terreno, para que efeito é que foi adquirido e como é que funcionou este verão. Outra preocupação muito grande das pessoas de Vagos é o facto de haver cada vez mais camiões TIR estacionados em sítios indevidos, nomeadamente em sítios para ligeiros de passageiros, havendo na Vila um Centro de Camionagem que nunca foi utilizado, que está ao abandono a degradar-se e, por ventura, permitiria uma melhor utilização. Outra grande preocupação prende-se com a transparência das contas da Autarquia, e nomeadamente das adjudicações e em particular dos ajustes diretos. Um dos exemplos, entre muitos que se poderiam apresentar, um contrato de cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta euros, celebrado com a Limpersil – Limpezas do Centro de Ponte de Vagos para a limpeza geral do edifício da Câmara Municipal de Vagos. Pela informação que está no site não se consegue compreender quais é que foram os concorrentes, que propostas é que foram apresentadas e porque é que foi adjudicado a esta empresa. A sugestão do grupo municipal do PS é recuperar o que aqui foi dito nas últimas eleições, que era criar um sítio próprio na Câmara em que haja toda esta informação relevante em relação aos ajustes diretos da Câmara Municipal. Uma outra preocupação, bastante mais ampla, tem a ver com o Palacete Visconde de Valdemouro, ou seja, o concurso foi lançado, essa informação veio a esta Assembleia em dezembro, depois em maio houve a informação do concurso ser lançado, depois em julho o concurso foi abortado. Entretanto, o concurso foi relançado com mais um milhão de euros e não foi dada qualquer justificação. Na última Assembleia Municipal o senhor Presidente disse, e está em ata, que aquela obra deixou de ser uma prioridade, mas continua a ser uma prioridade para os vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Basílio de Oliveira usou da palavra e saudou o senhor presidente da Câmara pela iniciativa de recuperação do edifício do bairro Dr. Pedro Guimarães. Entretanto, referiu que ao mesmo tempo podia aproveitar a oportunidade para “embelezar” o jardim e a zona que rodeia a Capela de Santo Antoninho: a relva desapareceu, os passeios é só lama. O ideal era o seu calcetamento e o muro precisa de ser caiado, pois é um local onde passam muitas pessoas por dia. Está a ser recuperada a Ponte de Fareja, e muito bem, e ao lado está o Convento da Pedricosa um local extraordinário para um Parque de Lazer e a reconstrução da Capela do Convento, local e obra que noutros tempos deu nome a Vagos e com história. -----

----- O senhor Deputado Xavier Prior usou da palavra e referiu que conhece os riscos da propagação na prática desportiva, relativamente ao COVID, mas ainda assim vem expressar a sua preocupação com o futuro do desporto em Vagos e em Aveiro. As restrições são bastante exigentes para atletas de formação, assim como a retoma da competição é neste momento incerta. Sem as normais fontes de receita, bar e bilheteira, as consequências que estas medidas podem trazer na continuidade de alguns clubes e algumas associações são muitas, assim como as implicações que tem na formação e desenvolvimento intelectual dos jovens. A questão é de que forma a Câmara pode intervir. -----

----- O senhor Deputado Tony Almeida usou da palavra e começou por agradecer à Câmara Municipal a prontidão com que tratou a questão dos armários da ADRA em Ouca, estando a situação neste momento resolvida. Entretanto, fez uma nota relativamente à esterilização de animais, a campanha que foi lançada pela Câmara Municipal, uma boa iniciativa, o que o leva a perguntar pela situação do canil e do gatil Municipais e o relacionamento com as entidades na prevenção dos animais abandonados. O que se espera é que esta iniciativa minimize este impacto, mas mesmo assim ele existe e, por isso, pergunta o ponto de situação deste problema. Em relação à época balnear referiu que a praia do Areão Sul não está a ser tratada da mesma forma, isto é, há passadiços que estão a ficar degradados, a sinalização relativamente à prevenção COVID, a indicação de por onde as pessoas deviam circular, não estava prevista. Para terminar pediu esclarecimentos sobre o início do ano letivo, como correu, quais os constrangimentos, saber se a Câmara Municipal está informada em relação ao horário de algumas turmas. Algumas turmas que deviam estar a funcionar na Escola Secundária estão na C+S, há turmas a circular de sala em sala quando o efeito bolha não está a ser cumprido. O senhor Deputado pergunta o que é que a Câmara Municipal pode fazer junto do Agrupamento de Escolas para resolver esta situação. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e perguntou se já há uma nova previsão para a conclusão das obras de saneamento em curso na Freguesia de Ouca. Questionou sobre o ponto de situação da Requalificação do Largo da Carregosa; das verbas relativas aos danos causados pela tempestade Leslie, da Requalificação da rua Principal no Rio Tinto e da estrada que liga Ouca a São Romão. O senhor Deputado falou, também, da questão dos transportes escolares porque lhe parece que a lotação de dois terços é difícil de concretizar. -----

----- A senhora Deputada Elisabete Pequeno usou da palavra para colocar duas questões. A primeira prende-se com a segurança no Concelho de Vagos. Todos têm conhecimento que tem havido uma onda de assaltos e, por isso, gostaria de apelar ao senhor Presidente da Câmara para uma parceria com a GNR, o que é que é necessário fazer e qual a possibilidade de avançar com rondas noturnas mais frequentes pelas aldeias do Concelho. A segunda questão tem a ver com a rede de transportes que estava prevista para o Concelho de Vagos, nomeadamente para alimentar a Zona Industrial de Vagos, qual o ponto de situação. Para terminar deixou um agradecimento em relação ao concerto que se realizou no passado dia doze de setembro em Vagos. Agradeceu a todos quantos contribuíram para a sua realização, porque foi de facto um acontecimento único e que deveria ser repetido. -----

----- O senhor Deputado Arlindo das Neves usou da palavra e referiu que não poderia deixar passar em branco, mais uma vez, o assunto da Casa do Povo da Gafanha da Boa Hora e as pessoas inscritas na Unidade de Saúde de Soza e outros locais. O senhor Arlindo tem algumas dificuldades em acreditar no número divulgado pelo Presidente do ACeS, porque não é essa a informação que lhe vão dando. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Relativamente às vias de acesso às praias, que se encontram em mau estado, a Câmara Municipal já procedeu a algumas requalificações, mas é evidente que os recursos financeiros não são muitos e, por isso, não é possível fazer vários investimentos ao mesmo tempo. É objetivo da Câmara Municipal requalificar a Avenida do Parque de Campismo, está o anteprojecto aprovado há cerca de um ano, sabe-se exactamente o que é que se quer fazer, falta arranjar financiamento para poder fazer essa obra. A Câmara Municipal vai definindo prioridades e quando conclui uma está logo a pensar na próxima, só não consegue é fazer tudo ao mesmo tempo. Em relação à estrada Rines-Sanchequias a obra está em fase de conclusão. Aliás, ela já deveria estar concluída, essa questão está a ser vista com o empreiteiro. Há alguns acertos que estão a ser feitos, nomeadamente a questão dos semáforos que não serão da responsabilidade do empreiteiro e que vem resolver essa questão, porque sempre foi previsto para aí a colocação de semáforos e, por isso, é que não tem uma passadeira elevada em todo esse percurso. Quanto aos contentores de RSU's, a Câmara Municipal abriu um concurso que ficou deserto e teve de se fazer um ajuste direto com consulta a várias entidades à VEOLIA com determinadas condições e, obviamente, não estava prevista a substituição de contentores, porque isso está previsto num concurso maior que felizmente já está fechado e já tem propostas. Neste momento, está-se em alturas de elaboração do relatório final e até ao final do ano será adjudicado o serviço à nova empresa e far-se-á nessa altura a substituição dos contentores. Relativamente à fibra da MEO esta conquista não se deve à Junta de Freguesia de Ouca, ou seja, há um plano de investimentos da MEO, cuja Câmara Municipal já tinha conhecimento antecipado, e não há aqui mérito nenhum da Junta como não há mérito da Câmara quando a fibra é aplicada. Isto são estratégias comerciais e quando há uma subscrição pública, ou não, que o operador tenha interesse em colocar a fibra se tiver clientes pois ele coloca, porque o que lhe interessa é receber o dinheiro e ter clientes. A Câmara Municipal tem feito alguma pressão junto da MEO, que é uma empresa privada e faz a gestão dos seus investimentos conforme entende, para que passe fibra em todo o Concelho. Tem havido alguma sorte na velocidade com que fazem os investimentos em alguns locais, mas não tem havido tanta sorte noutras situações. Por exemplo, neste momento a fibra já está na Freguesia de Calvão, o troço principal, e, ao contrário do que havia sido dito, ainda não passaram a fibra nas ruas o que é muito negativo para as pessoas daquela Freguesia. Quanto ao trânsito da Vila de Vagos, obviamente estão todos de acordo com a conclusão a que chegaram os senhores Deputados José Martins e Óscar Gaspar, a questão é as soluções. A Câmara Municipal está há um ano e meio à espera que o Governo dê seguimento à transferência de competências, nomeadamente a EN109. Quando a Câmara Municipal tiver a competência da EN

109 poder-se-á discutir o tema de uma outra forma. Neste momento, o que a Câmara Municipal pode fazer, e está a fazer, é dar seguimento ao projeto da Rua da Fonte que já foi a concurso, está adjudicado e foi para visto do Tribunal de Contas. Paralelamente ir-se-á fazer a Requalificação da Rua da Banda Vaguense. A Rua de Cantanhede e a Rua Porto Gonçalo já foram alcatroadas há alguns anos e, portanto, estão mais ou menos em bom estado. Todo esse miolo urbano que foi requalificado estava em péssimo estado. Entretanto, faltam duas ou três estradas que são estruturantes: Rua da Banda Vaguense; Rua da Fonte e a Rua Padre Vicente Maria da Rocha até ao Lombomeão. No caso concreto da rua da Fonte como se sabe está-se prestes a iniciar a empreitada. Estas obras têm de ser feitas em articulação com a ADRA para se poder substituir todas as condutas de abastecimento de água e de águas residuais, para evitar passado pouco tempo ter de voltar a rebentar a rua. No que respeita aos camiões também há outras soluções que dependem do Governo, nomeadamente a de encontrar uma solução para os camiões andarem na autoestrada, que é o local deles, e deixem de andar nas estradas nacionais. No momento em que o Estado passar a competência da EN109 para a Câmara Municipal ir-se-á ficar com uma grande despesa de manutenção. Em relação ao Posto Médico do Covão do Lobo essa também é uma boa questão para colocar ao Governo. Quando se fala tanto nos cuidados de saúde primários o que se vê é postos médicos a fechar e isso é uma consequência do desinvestimento na área da Saúde, embora se continue a ter a Ministra da Saúde a anunciar números extraordinários. A verdade é que não se vêm os cuidados de saúde primários a melhorar, muito pelo contrário. Aquilo que de bem existe deve-se aos profissionais de saúde primários e que são bastante competentes como os que trabalham nos hospitais, porque trabalham muitas vezes em condições sub-humanas e têm de continuar a prestar cuidados de saúde à população. Relativamente à Grande Rota da Ria de Aveiro é um projeto intermunicipal que terá três rotas que ligarão os onze Concelhos da Região de Aveiro. São caminhos certificados, no caso concreto o da Senhora de Vagos fará parte da Rota Azul da Grande Rota da Região de Aveiro e no dia dezassete haverá um primeiro ato público da CIRA, que fará o lançamento no Concelho de Vagos e de Ílhavo que é hoje um produto turístico muito atrativo e que está “na onda” daquilo que é a estratégia do Município na criação de percursos. Quanto à questão da transferência de competências para a Junta de Freguesia de Calvão ela está a ser acertada com o senhor Presidente da Junta. Houve alguns desenvolvimentos, embora tenha havido o envio de alguma informação que ainda não está a cem por cento acertada. Esta semana a Junta de Freguesia de Calvão tentou junto do Adjunto do senhor Presidente agendar uma reunião que tanto quanto sabe se realizará na próxima semana, mas ainda não se acertaram os valores, porque na grelha enviada pela Junta de Freguesia ainda existem algumas despesas que dizem respeito a competências próprias da Junta e que não podem ser consideradas nessa despesa. Em relação às IPSS's o senhor Presidente da Câmara está absolutamente de acordo e nem vai acrescentar mais nada. No que respeita às vias em geral a Autarquia tem feito várias intervenções e não dá conhecimento público delas e têm sido feitos investimentos por vezes em sítios que não são assim tão visíveis e por isso não tem repercussão mediática que muitas das vezes se gostaria. Essa ideia de ter um micro site com as intervenções da Câmara Municipal até

pode ser uma ideia bastante interessante. Quanto ao terreno ao lado do Labrego adquirido pela Câmara Municipal o senhor Presidente não percebe onde é que o senhor Deputado foi buscar a questão da zona sensível, porque já desde a altura do POOC que esse terreno estava previsto para estacionamento. O que a Câmara Municipal fez foi dar seguimento ao que estava previsto no POOC e adquiriu o terreno por sessenta e cinco mil euros, estando toda a documentação disponível para os senhores Deputados consultarem se assim o entenderem. A questão das adjudicações dos ajustes diretos, existem muitos até porque o ajuste direto é algo que está previsto na Lei. A questão não deve ser, porque é que se fazem ajustes diretos, mas sim ter o processo em concreto para ver como é que foi feito e se está de acordo com a Lei, porque cada caso é um caso. É feita a publicitação no base.gov.pt, como é obrigatório por lei, há um link que liga o base.gov.pt à Câmara Municipal e tem numa área, que é a transparência municipal, aquilo que é obrigatório ter de consulta fácil. Está no site do Município essa informação. Há muitos ajustes diretos, não é só esse que referiu o senhor Deputado, muitos deles têm consultas a várias entidades, outros não têm, mas é cumprida escrupulosamente a lei. Quanto ao Palacete Visconde de Valdemouro o que aconteceu foi que se lançou um concurso público que ficou deserto. Entretanto, lançou-se novamente concurso com o valor que pareceu ao Executivo Municipal atrair o mercado. Agora o mercado fará o seu trabalho, a Autarquia adjudicará se houver propostas e se não houver terá de lançar concurso novamente e é este o ponto de situação. A questão do jardim de Santo António é uma necessidade, de facto, e é um espaço de preservar, mas não é obviamente uma das prioridades da Câmara Municipal. A Junta de Freguesia de Vagos e Santo António já tem feito esse pedido por diversas vezes. Em relação ao Convento da Pedricosa é propriedade privada a Câmara Municipal não pode fazer qualquer tipo de obra. Relativamente à prática desportiva o senhor Presidente concorda em absoluto com as palavras do senhor Deputado Xavier Prior, sendo certo que a Câmara Municipal tinha, por exemplo, previsto abrir a Piscina Municipal na próxima semana. Entretanto, com a posição do Governo de hoje de manutenção do Estado de Contingência vai obrigar a reponderar e ter-se-á de tentar perceber o que é que se pode fazer para abertura das instalações desportivas, porque, de facto, a prática desportiva é muito importante. Também é importante que os clubes do Concelho de Vagos, e não só, pressionem as Associações Distritais para que tenham em conta o ano complicado que vai ser, porque o senhor Presidente não aceita que uma Associação Distrital mantenha as taxas de jogo e as taxas de inscrição na época 2020/2021 que tinha nos outros anos. Não parece uma situação justa., porque os clubes não têm o mesmo nível de receitas e que estejam a suportar alguns investimentos que essas associações querem fazer. Se essas Associações querem fazer investimentos devem fazer uso dos recursos que têm e não sobrecarregar os clubes, porque depois quem paga as contas acabam por ser as Câmaras Municipais aumentando os subsídios, o que não é justo. Em relação à localização dos armários da ADRA na Freguesia de Ouca ainda não está o trabalho terminado, falta em Carregosa que será feita em breve. No que respeita ao canil o senhor Presidente informou de que a Câmara Municipal irá construir um posto de recolha de animais nos Armazéns Municipais, e será para breve. Quanto ao canil intermunicipal foi a concurso e ficou deserto. No que respeita à praia do

Areão Sul não é tratada da mesma maneira porque não pertence ao Concelho de Vagos. A Câmara Municipal ficou com a transferência de competências nas praias mas o Areão Sul não faz parte do plano de praia, não está no Concelho de Vagos e isso torna as coisas muito difíceis. Ainda assim, muito se tem feito no Areão Sul. De qualquer modo já está conversado com o Presidente da Câmara Municipal de Mira, ou seja, para o ano como eles vão ter de ficar com as competências e vai ter de se chegar a um entendimento. Quanto às questões que vão surgindo nas escolas, nomeadamente os autocarros há um desdobramento, há autocarros das IPSS's a fazer o desdobramento e, portanto, não há sobrelotação. Mesmo o autocarro da Gafanha da Boa Hora não está sobrelotado. Aliás, estava previsto um autocarro de uma IPSS passar e verificou-se que não é preciso. De acordo com aquilo que está previsto, dois terços da lotação do autocarro, está a ser cumprido. -----

----- O senhor Deputado António Bastião usou da palavra e pediu esclarecimentos sobre os contentores do lixo, ou seja, se pertence à anterior empresa ou se pertencem à empresa que está atualmente a fazer o serviço de recolha de lixo. -----

----- O senhor Deputado Tony usou da palavra e referiu que em relação ao Areão Sul conhece a situação e sabe que pertence ao Concelho de Mira, mas as pessoas quando vão à praia do Areão é à “praia do Areão em Vagos”. O senhor Deputado compreende que há uma questão de gestão e fica satisfeito em saber que há uma coordenação com a Câmara de Mira. Entretanto, referiu que há uma questão que não ficou esclarecida e que tem a ver com a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas, ou seja, que tipo de relacionamento existe e que ações estão a ser tomadas em relação à gestão dos espaços. O senhor Deputado tem conhecimento que há problemas em algumas turmas e que o Agrupamento tem feito um esforço na correção dos horários e na minimização dos problemas que estavam a haver. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o senhor Presidente da Câmara responde da mesma maneira, ou seja, quando as questões não lhe agradam, quando as coisas não correm bem a culpa é sempre dos outros. O senhor Presidente é só desculpas de “mau pagador”. O lamento do senhor Deputado é que esteve sempre presente na feitura do Regimento da Assembleia Municipal e *“mea culpa faltou-me incluir aqui o Governo”*, porque como se ouviu da parte do senhor Presidente da Câmara dever-se-ia ter considerado que o Governo teve o apoio de um partido que teve 40% dos votos nas eleições e, portanto, ter aqui 40% do tempo para poder responder, porque é evidente que o senhor Presidente “se atira” a alguém que não está na sala e não pode responder. Mas o passado é o passado e cada um responde por aquilo que vai dizendo e ao senhor Deputado interessa-lhe mais questioná-lo quanto ao futuro e em relação nomeadamente a esta questão da pandemia. O senhor Deputado Juan Martins referiu aqui que os anúncios do Governo são para as televisões e, por isso, gostava que se perguntasse aos quinhentos mil portugueses que tiveram emprego durante estes meses com acesso a programas de lay-off e outros, se consideram que são programas para a televisão ver. Em relação ao senhor Presidente da Câmara aquilo que está aqui em causa é que o Governo está a preparar um plano de resiliência e de recuperação da economia portuguesa para suportar as empresas, o emprego e para ter um

país mais competitivo. Este plano que tem a ver com resiliência, com a transição digital e com a transição climática também vai envolver muito as autarquias e as comunidades urbanas. Assim sendo a questão é o que é que a Câmara Municipal de Vagos está a fazer nesse aspeto. Quando o programa arrancar, já a partir de quinze de outubro, a primeira parte, o que é que a Câmara Municipal está a preparar para a partir de janeiro de dois mil e vinte e um, possa ir buscar financiamento para aquilo que é importante para os vaguenses. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados pelos membros da Assembleia Municipal. A abertura deste ano escolar foi uma experiência nova para a Câmara Municipal e para o Agrupamento de Escolas e aquilo que se tem vindo a notar é que quando há falhas procura-se ajustar alguns procedimentos. Por exemplo, foram previstos mais autocarros do que foram precisos e, por isso, estão a ser retirados para não aumentar a despesa, desnecessariamente. O que aconteceu foi que se estava a contar com os números máximos e há muitos pais que vem levar e buscar as crianças. Nas escolas básicas do primeiro ciclo houve pequenos acertos, por exemplo estavam a ser feitos dois horários de entrega, às 09h 00m e às 09h 30m, e ajustou-se de modo a que as funcionárias da Autarquia possam receber todos os meninos às 08h45m. Há uma questão pendente na escola C+S e aquilo que o senhor Presidente e o senhor Vereador, com o pelouro da Educação, têm transmitido ao Agrupamento de Escolas é que havendo contratempus a Câmara Municipal está disponível para procurar soluções e resolver esses problemas. Dentro destas dificuldades todas o ano letivo iniciou de uma forma positiva, apesar de na terça-feira antes do início das aulas o Governo ter notificado o Colégio de Calvão que não ia validar quatro turmas do 7º ano. Entretanto, com esta nova Secretária de Estado da Educação está-se a tentar resolver o problema e irão ser validadas as quatro turmas. Quanto às obras de saneamento no lugar de Carregosa elas reiniciaram esta semana e o prazo de terminar era dezembro. Como se sabe existiam valas muito profundas e precisaram de mais tempo para abater e por isso demorou um pouco mais a reiniciar os trabalhos. De qualquer modo há aqui um período muito longo em que as obras estiveram paradas que não se justifica. Em relação à requalificação do Largo da Carregosa o projeto está terminado, mas, entretanto, com esta situação da pandemia o assunto não avançou como se pretendia. Em relação aos danos da tempestade Leslie, o Governo assinou um contrato com a Câmara Municipal para atribuir sessenta mil euros no ano passado e perto de duzentos e cinquenta mil este ano, mas até à presente data nada. É verdade que a Câmara Municipal está em atraso, em relação aos danos causados pela tempestade Leslie, mas também ainda não recebeu nenhum valor este ano do Governo. Em relação à estrada Rio Tinto – Ouca - São Romão a Câmara Municipal está a ver com o empreiteiro a possibilidade de se fazer o alcatroamento total. Está a ser feito o levantamento topográfico de toda a estrada para no âmbito do preço da empreitada da ADRA se poder fazer um ajuste direto àquele empreiteiro, porque é ele que lá está, e assim aproveita-se a parte que a ADRA paga e faz-se um ajuste direto para o restante para não ter de se pagar um alcatroamento total da estrada. Em relação à “onda” de assaltos, que tem havido no Concelho, na altura foi alertada a GNR, porque houve um alerta por parte dos Presidentes de Junta, foi feito algum reforço

de vigilância. Em relação à rede de transportes, e esta é uma questão complicada, porque só há uma operadora a nível da Região, o concurso não era suficientemente atrativo e ficou deserto e é nesse concurso que estavam incluídos os transportes para a Zona Industrial. Isto bate aqui com o PIMTRA – Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes Rodoviários de Aveiro – que se começou a fazer agora a revisão para incluir algumas questões que estão a ser também estudadas no âmbito do tal plano de resiliência, nomeadamente coisas relacionadas com a mobilidade suave, que não estavam e que têm de estar para que se possa ter candidaturas aprovadas no âmbito deste plano e no âmbito do atual quadro comunitário que tem péssima execução. Não se pode estar a falar do plano de resiliência quando se tem o quadro comunitário atual executado em 50 ou 60% e, portanto, tem-se de trabalhar também ao nível nacional nessa matéria. O concerto da Banda Vaguense fez parte de uma estratégia do Município que teve três momentos: a execução dos vídeos, feitos numa primeira fase, até incluindo a celebração do 25 de Abril; os roadshows; os concertos, a Noite de Fados, na Vagueira, e o Concerto de Celebração da Banda Vaguense. Em relação ao Posto Médico da Gafanha da Boa Hora a questão é basicamente a mesma, a falta de médicos, que tem a ver com o desinvestimento na saúde por parte do Governo. O Posto Médico da Gafanha está intermitentemente a funcionar e não é por causa da questão do Posto Médico de Soza, até porque na USF original não foram contemplados os médicos suficientes para a Gafanha da Boa Hora e as pessoas que não estavam não podiam ser inscritas na USF porque esta não leva mais utentes por causa do contrato original. Entretanto, tendo vagas no ficheiro médico, os utentes foram inscritos em Soza e, portanto, o que está aqui em causa é que possivelmente o contrato da USF Nossa Senhora de Vagos tem que ser revisto para prever mais médicos. A questão é que o que tem acontecido é médicos a sair e nenhuns a entrar. Em relação ao plano de resiliência a Câmara Municipal já tem muito trabalho feito nessa matéria, trabalho esse que está a ser aproveitado, nomeadamente, a situação das ligações às zonas industriais do Concelho que está previsto no PIMTRA, porque essa matéria é absolutamente fundamental. Em relação às IPSS's a verdade é que o Governo virou as costas a estas instituições e se não fossem as Autarquias o apoio tinha sido nulo. A Segurança Social em Vagos fez “zero”, se não fosse a Câmara Municipal a ceder equipamentos de proteção individual, estar próxima e a fazer planos de contingência estas instituições ficavam ao abandono. Até os testes, a maior parte deles, foi a Câmara Municipal que os pagou. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o período da ordem de trabalhos. -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA c), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto quis deixar algumas

notas em relação à forma de apresentação deste documento. Na reunião que houve com os porta-vozes dos partidos foi referido que há aqui alguma informação que o senhor Presidente considera extremamente importante que se mantenha, nomeadamente alguma informação jurídica e algumas atividades. Neste sentido decidiu-se fazer uma apresentação um pouco diferente, ou seja, existe uma nota informativa e depois existe uma série de anexos que no fundo é onde a informação principal vai “beber”. O que se tem aqui é uma informação que tem uma nomenclatura bastante diferente da anterior e basicamente e resumidamente na nota informativa, que neste documento que aqui vem hoje é de seis páginas, está o essencial e depois existem gráficos complementares, que foram solicitados na reunião que houve com os porta-vozes dos partidos, e mais alguns anexos com informação mais pormenorizada. O que se espera é que este documento vá de encontro àquilo que era a vontade expressa pelos grupos municipais, mas também terá de haver algum conforto por parte do Presidente da Câmara, porque esta é a informação do Presidente da Câmara à Assembleia Municipal. No entanto, o senhor Presidente o que quer é que esta informação seja, o mais conciliada possível, com os membros da Assembleia Municipal. Esta informação foi solicitada aos serviços até ao dia oito de setembro, prolongada depois até dezoito de setembro, mas mesmo assim não deu para colocar aqui informação sobre o início do ano escolar. Assim sendo, o senhor Presidente aproveitou para transmitir aos membros desta Assembleia Municipal que teve oportunidade, com os senhores Vereadores Pedro Bento e João Domingues, de visitar a Escola Básica da Quintã. Esta escola, para além das mudanças todas que houve no Agrupamento de Escolas e principalmente o facto de a Câmara Municipal ter ficado com a competência na Área da Educação e, por outro lado a existência do COVID, teve uma mudança física uma vez que as obras da Escola Básica iniciaram e teve de se encontrar uma alternativa e colocar os alunos noutra espaço. Na próxima semana está previsto visitar os restantes estabelecimentos de ensino para tentar ajustar pequenas questões que existem, e que com certeza existirão, porque é impossível pensar em todos os pormenores e às vezes há coisas que por muito que se programem na hora, algo falha. A Câmara Municipal teve duas áreas fundamentais que teve de tratar. A questão dos transportes, fechando um acordo com a TRANSDEV para que houvesse um desdobramento em alguns transportes assegurado pelo Município, nos autocarros das IPSS's. E isto porquê? Por exemplo, a carreira do Covão do Lobo sai às 07h00m para vir para Vagos ou a carreira que vai de Salgueiro para o Colégio de Calvão normalmente iam cheias, e que agora não podem ir, o que acontece é que neste momento só podem transportar dois terços das crianças. O que ia acontecer é que o autocarro tinha que ir para Calvão ou para Vagos e depois tinha de voltar a pegar o outro terço e tinha de começar mais cedo, ou seja, em vez de começar às 07h00m tinha de começar, talvez, às 06h30m. O que se acordou com a TRANSDEV foi a Câmara Municipal fazer uma parte dessa carreira com os seus meios e com os autocarros das IPSS's. No caso do autocarro da Gafanha da Boa Hora, chegou-se à conclusão que não era necessário o segundo autocarro porque o primeiro era suficiente e não existem crianças e jovens transportados a mais nesse autocarro. A segunda grande questão era as auxiliares de ação educativa e a Câmara Municipal, para além das auxiliares de ação educativa

que já metia nos estabelecimentos de ensino do Concelho, já tinha trinta e duas auxiliares para além do rácio e neste momento vai ficar com cerca de cinquenta para lá do rácio, ou seja, mais cerca de vinte auxiliares de ação educativa. Entretanto, está-se já a tratar de contratos de emprego e inserção para o final do ano para mais dez auxiliares, porque alguns estão a acabar. Portanto, está-se a falar de mais cinquenta auxiliares para além do rácio e se as coisas já são difíceis nas escolas com este número, imaginemos se estivesse a ser cumprido o rácio que está estipulado pelo Governo. Vagos só vai receber o número de auxiliares que está no rácio. Para além disso existem outras questões que se podiam resolver se houvesse redução do número de alunos por turma, mas dizem que se assim fosse, não haveria número de professores suficiente em Portugal para cumprir este desígnio e, portanto, a decisão que foi tomada pelo Governo foi manter o número de alunos por turma e isto cria aqui alguma dificuldade na gestão dos espaços nas salas de aula. No entanto, a Câmara Municipal está em articulação quer com o Agrupamento de Escolas de Vagos, quer com o Colégio de Calvão, quer com a EPADRV no sentido de ir resolvendo os problemas que vão surgindo. Na EPADRV até ao momento não surgiu nada de muito complicado. No Colégio de Calvão havia uma situação muito complicada que se prevê ser ultrapassada no decorrer da próxima semana, pelo menos é esse o compromisso por parte da nova senhora Secretária de Estado da Educação. Na Escola Secundária de na EB 1º, 2º e 3º Ciclos, as dificuldades que vão surgindo terão de ser ultrapassadas, os problemas, seguiu-se uma estratégia e agora está-se na fase da reação e o que é necessário vai-se corrigindo, tendo sempre de ser céleres na resolução dos problemas. O balanço que se faz, ressaltando o trabalho de toda a equipa da área da educação, que trabalhou com outras áreas, nomeadamente com a proteção civil, é positivo e é essa mensagem que quer transmitir a todos. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por confirmar que efetivamente o documento mudou, basicamente vem partido em várias partes. Entretanto, refere-se à informação financeira e afirma que é um exercício recorrente e infelizmente continua a ter as conclusões habituais. Em outubro a execução da receita está em menos de metade do que é previsto, 47% de execução da receita e 44% na despesa, e convém lembrar que falta apenas um trimestre para terminar o ano. São números paupérrimos a que este Executivo já habituou as pessoas. As contas a fornecedores apresentam um saldo de um milhão e trezentos e tal mil euros, quase um milhão e quatrocentos, de dívidas a fornecedores. O valor de dívida a empreiteiros anda nos seiscentos e cinquenta mil euros o que perfaz um total de aproximadamente dois milhões de euros. É um valor que este executivo teima em manter o que parece ser um género de linha de água da gestão financeira do Município, isto é, nunca baixar muito as dívidas dos dois milhões a fornecedores e empreiteiros e que atravessando momentos de crise como este, e de grande incerteza, ver-se-ia com bons olhos que o Município fosse mais célere e a cumprir com os seus compromissos. O grupo municipal do CDS-PP gostaria que o Executivo tivesse mais atenção no que a esta matéria diz respeito e tentar liquidar as dívidas contraídas mais cedo porque isto também é ajudar a economia local. A alteração do documento tornou-o bastante mais informativo, com a inclusão de gráficos e algumas tabelas com números anteriores para se poder comparar a

evolução dos valores. Isto prova que as recomendações dos grupos municipais e as reuniões que se realizaram sobre este assunto foram produtivas. Entretanto o senhor Deputado pretende ver esclarecida uma dúvida, referida no anexo I, referente a empreiteiros, ou seja, aparece a nomenclatura fornecedores/investimentos não se percebe se é propositado ou se é algum erro de digitação. Entretanto, deixou uma sugestão, convinha que este documento numa próxima Assembleia Municipal viesse paginado para ser possível indicar a página a que refere o assunto. No que respeita às atividades desportivas e culturais, efetivamente os clubes do Concelho nunca tiveram dias fáceis e agora pior ainda. No documento refere que se realizaram diversas atividades no âmbito cultural realizadas no Concelho privilegiando os artistas da terra e nesta matéria surge na plataforma do doc.base um valor que salta à vista à imagem do que aconteceu no ano passado. Apesar do formato ser diferente este ano, a questão dos roadshows, que é um formato discutível em que as pessoas basicamente veem o artista poucos segundos, é um tipo de investimento aplicado ou em circuitos fechados ou em circuitos como, por exemplo, o da Vagueira, nos passadiços, onde um autocarro a andar de um lado para o outro dava outro efeito. Este investimento de setenta e cinco mil euros, e o Executivo dizer que é uma forma de ajudar os artistas da terra e numa pesquisa na mesma plataforma teve-se conhecimento que vieram dois artistas de renome. Os artistas de renome até vem a Vagos pagos com valores entre os catorze e os dezasseis mil euros, como é o caso do José Cid, e a Cuca Roseta entre os nove e os dez mil euros e se todos verificarem bem a intenção é ajudar os artistas da terra mas depois a “fatia de leão” vai para os de fora. O que se percebe desta questão de apoiar os artistas da terra é que se perguntarmos às pessoas, os grandes eventos são efetivamente feitos com pessoas da terra, como por exemplo: a Banda Vaguense; as Marchas Populares; a Noite de Fado, Isto sim, é ajudar os artistas vaguenses, deve-se tentar equilibrar mais isto, porque chamar cá dois artistas que levam metade do dinheiro não parece ao senhor Deputado que seja propriamente o mais adequado. Já que se fala de valores e transparência, houve tempos, e o senhor Presidente já fazia parte do Executivo, em que nestas informações havia um separador onde vinha explicitamente a dizer adjudicações onde vinha referido o valor exato que se pagava a cada artista. Na parte das obras não há qualquer informação sobre a venda dos terrenos no Areão e o senhor Deputado pergunta se há algum desenvolvimento quanto a isto. Tendo em conta esta questão do Palacete na informação o que diz é que a entrega das propostas é até vinte e oito de setembro, terça-feira, sendo este um assunto tão importante, o senhor Deputado pergunta se o senhor Presidente já tem conhecimento da entrada de alguma proposta para este concurso. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por reconhecer que de facto houve uma mudança radical na forma de apresentação deste documento da informação do senhor Presidente da Câmara e que houve um bom acolhimento daquilo que foram as diversas propostas, nomeadamente as que foram apresentadas pelo Partido Socialista. O resultado é muito bom e ainda bem que as medidas foram acolhidas. A primeira nota em relação à substância do documento prende-se com a execução financeira, porque é de facto preciso ter uma desfaçatez enorme, pensar-se que os vaguenses não têm memória de meia hora para dizer aquilo que o

senhor Presidente da Câmara disse há pouco, *“insurgir-se contra o nível baixo de execução dos fundos comunitários”*. Entretanto, passados uns minutos apresentar um mapa onde refere a taxa de execução da despesa de capital, do investimento, até dezoito de setembro, de 29,8%. De facto, o senhor Presidente, tem uma legitimidade brutal para estar a criticar o que quer que seja em termos de capacidade de execução do investimento. Se tudo se mantiver como até aqui quer dizer que se vai chegar ao final do ano com uma taxa de execução de investimento na ordem dos 36%. Portanto, repete-se a triste história em Vagos de que em cada três obras que a Câmara Municipal tenta orçamentar no início do ano duas delas ficam no “tinteiro”. Entretanto, salientou que de facto foi assumido um novo projeto e ação, designado despesas destinado a promoção de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto COVID 19. Ao senhor Deputado surpreende-o um pouco que esteja não só no plano de atividades mas também no plano plurianual de investimentos, porque desconhece algum investimento que tenha sido feito neste âmbito. De qualquer maneira aquilo que quer perguntar é quanto é que foi executado. Depois, em termos de detalhe o que é dito é que a Câmara Municipal gastou, até ao momento, duzentos e cinquenta mil euros dos quais duzentos e vinte e oito mil de despesa com a aquisição de bens e serviços e com apoios a instituições. O pedido do senhor Deputado é que se faça uma desagregação deste montante de duzentos e vinte e oito mil euros: que aquisições é que foram feitas; que apoios é que foram concedidos; a que instituições. Tudo isto em nome da transparência. De facto, a COVID acaba por ter quase todo o monopólio de todas estas discussões, e é bem que assim seja porque, realmente, os portugueses e os vagueses estão preocupados. Em relação à questão das IPSS’s recordou, por exemplo, as declarações do senhor Presidente da CNIS, senhor Padre Lino Maia, ou do senhor Presidente da União das Misericórdias Portuguesas, Dr. Manuel Lemos, nas últimas duas semanas sobre o apoio que tem sido dado às IPSS’s em Portugal nesta luta contra a COVID. O senhor Deputado referiu que em conversa com o filho, a propósito da escola, este referiu que há efeitos positivos da COVID, pelo menos e finalmente passou a haver sabão nas casas de banho. Isto é absolutamente dramático, está-se em dois mil e vinte e como é que é possível que as escolas primárias não tivessem até agora sabão para lavar as mãos. O senhor Deputado não compreende o último parágrafo do relatório do senhor Presidente, um texto muito pessoalizado na primeira pessoa, mas depois diz que *“está a lutar para a construção de um pacto para a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal entre as empresas, instituições privadas e públicas e instituições de economia social”*. O senhor Deputado pede para esclarecer estas palavras, porque desconhece e pessoas com quem falou destas áreas desconhecem que a Câmara esteja a levar a cabo um plano neste sentido. -----

----- O senhor Deputado Juan Martins usou da palavra e referiu que irá falar sobre um parágrafo específico sobre o COVID 19 e o apoio às instituições. Neste sentido, fica aqui registado aquilo que o PS, e concretamente o senhor Deputado Óscar Gaspar, pensa sobre este assunto. A palavra que deu em relação às IPSS’s foi o lançar de alguma desconfiança. Estes duzentos e vinte e oito mil euros, para que é que foram e para que foi? É legítimo fazer esta pergunta. O senhor Deputado Juan Martins quando disse que as medidas e apoios eram para a televisão disse e repete e

considera intelectualmente desonesto da parte do senhor Deputado Óscar Gaspar vir aqui utilizar o seu nome e dizer para que questione os quinhentos mil portugueses. O senhor Deputado Juan Carlos começou a sua intervenção a falar das instituições e o senhor Deputado Óscar Gaspar vem aqui falar de outros apoios tendo a referência sido concretamente às instituições. Portanto, o senhor Deputado pede que não utilize o seu nome para em frente às câmaras e aos vagueses fazer campanha política, porque ele não o faz e, portanto, pede-lhe que não volte a fazer isso. Em relação às afirmações do Padre Lino Maia responde-lhe da mesma forma, ou seja, para que pergunte às instituições que apoios é que tiveram, não é aos quinhentos mil portugueses, e já agora aconselha o senhor Deputado a visitar as instituições para saber o que é que elas estão a passar. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra para felicitar o senhor Presidente da Câmara pelo enorme esforço que fez em alterar a informação à Assembleia Municipal e embora não retirando nenhuma informação parece de mais fácil leitura. Deste modo permite a cada membro desta Assembleia Municipal apenas fazer a leitura dos pontos que lhe interessar. Entretanto, também parece que foi isso que aconteceu até aqui. Há pouco o senhor Deputado Jorge Pereira falava dos gráficos e era importante que na sua intervenção tivesse enaltecido o gráfico que fala da evolução da dívida do Município de Vagos, que ao longo dos anos tem vindo a diminuir. Em relação a esta época que estamos a viver, a COVID, e o apoio às instituições, infelizmente as IPSS's tiveram mesmo um défice de apoio do Estado, nomeadamente aquelas que têm uma intervenção grande na sociedade como são os Bombeiros Voluntários que são talvez a primeira linha da proteção civil. E não fosse a boa vontade das empresas do nosso Concelho, de alguns cidadãos e, essencialmente, da Câmara Municipal os Bombeiros Voluntários de Vagos nem máscaras, nem luvas, nem EPI's tinham, a não ser que adquirissem com fundos próprios, para proteger os bombeiros que estão a prestar um serviço à comunidade. Os Bombeiros Voluntários ainda estão à espera que o Governo de Portugal olhe para os Bombeiros de Portugal, e não só para os de Vagos, e que decida "injetar-lhes" mais alguns apoios. É pena que o Governo não olhe para estas instituições com outros olhos. Depois quando se houve falar da proteção civil e de tudo correr muito bem, efetivamente correu, mas à custa de cada uma dessas instituições. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas e em relação à execução, em primeiro lugar, quando se faz um orçamento é sempre uma expectativa. A Câmara Municipal tem a expectativa de iniciar em dois mil e vinte as obras do Palacete e executar fundos comunitários e tendo a execução da obra tem-se um valor. Infelizmente, pelas circunstâncias que já aqui foram referidas, e é uma constante em todos os Municípios, e não só em Vagos, os concursos ficarem desertos. Às vezes há consequências que não dependem exclusivamente da vontade do Município. A execução que o Município tiver nunca colocará em causa uma matéria mais importante que é o endividamento. E ao contrário daquilo que o Partido Socialista fez há bem pouco tempo, comunicando uma matéria que dizia respeito a resultados contabilísticos de um Município confundindo-os com a dívida da Câmara Municipal, ou querendo fazer confundir a população de uma matéria usando aqui de um comportamento de desonestidade

intelectual brutal, porque é verdade que se tem acumulado resultados negativos mas não é por isso que a Câmara Municipal de Vagos tem aumentado a dívida, antes pelo contrário. Como é do conhecimento de todos os membros desta Assembleia Municipal a dívida do Município tem diminuído progressivamente. E é esta matéria que deve estar sempre presente na análise e naquilo que depender do Executivo o trabalho de diminuição da dívida do Município, exceto no ano passado, por causa da questão do empréstimo, vai ser um dos grandes objetivos e não irá endividar demasiado a Câmara Municipal para fazer cumprir aquilo que são as promessas. Contudo, há uma matéria onde houve alguma pressão de alguns Autarcas, e o senhor Presidente foi um deles, que entenderam que mais que o plano de resiliência que o Estado lançou onde tudo é fulcral, fundamental e absolutamente extraordinário para o desenvolvimento do país, há uma matéria muito mais importante, ou seja, é que os Municípios possam fazer investimento e que este chegue de facto às pessoas. O senhor Presidente foi um dos que reivindicou que a capacidade de endividamento dos Municípios pudesse ser reposta àquilo que era a Lei das Finanças Locais e, hoje, esse é um assunto que está na ordem do dia. O Governo alterou, e bem, essa matéria e para dois mil e vinte e dois mil e vinte e um vai haver a possibilidade do Município se endividar até ao limite que está previsto na Lei das Finanças Locais para fazer alguns investimentos. Relativamente às propostas para o concurso da Requalificação do Palacete o senhor Presidente informou de que não tem acesso às plataformas. As propostas são entregues no dia vinte e oito de setembro e são abertas todas no mesmo dia. O senhor Presidente teve conhecimento que há muitos interessados, alguns que até pediram para vir ver o Palacete, e vieram, mas se há propostas não sabe dizer. Em relação à questão da execução dos níveis baixos dos fundos comunitários não falou do Governo. O que disse foi que se tinha de fazer um esforço coletivo para aumentar os níveis de execução dos fundos comunitários e que esse esforço também dependia da Câmara, e das Câmaras. É verdade que também tem de haver, como houve, da parte do Governo mecanismos facilitadores relativamente aos vistos do Tribunal de Contas, foi aumentado o valor que obriga a ir a visto do Tribunal de Contas, porque esta entidade hoje é um grande “empecilho” ao investimento e à execução dos fundos comunitários. Se é verdade que tem de haver Tribunal de Contas para verificar aquilo que são as boas execuções dos orçamentos, é verdade também, que por força disso tem atrasado muito alguns investimentos. Em relação às despesas se o senhor Deputado tivesse lido o texto percebia que é uma obrigação da DGAL, ou seja, a DGAL obrigou a que os Municípios façam uma alteração orçamental para incluir estes dois tipos de investimentos. Não é necessário ficarem preocupados com os apoios às instituições porque todos eles, neste âmbito, têm de ser aprovados em sede de Reunião de Câmara. A contratação das auxiliares de ação educativa, por exemplo, vai ser feita através das IPSS's, porque o Executivo entende ser uma das maneiras de apoiar estas instituições. O senhor Presidente também podia dizer que a Câmara Municipal colocou assistentes operacionais do Município em várias IPSS's quando foi necessário. Em relação ao sabão na casa de banho a grande mudança foi a competência ter vindo para a Câmara Municipal e não estar no Governo. Em relação ao facto da informação do Presidente ser pessoalizada, pois se ela é do Presidente, e não a informação da Câmara Municipal, e daí estar na

primeira pessoa do singular. Quanto ao tal último parágrafo onde faz referência a um plano tem a ver com várias situações, por exemplo, quando começou a COVID houve diálogo do Presidente da Câmara com as empresas para que muitas delas encerrassem portas para que se pudesse ter uma maior eficácia do combate ao vírus. Foram feitos campos de férias prolongados durante todo o verão para que os funcionários dessas empresas, que entretanto tiraram férias pudessem ter onde deixar as suas crianças. Entretanto, está-se a fazer articulação de horários para que os funcionários dessas empresas não vejam os seus horários de trabalho condicionados. Estão a ser criados ATL's onde não foi possível, por razões várias, uma IPSS não ter possibilidade de o fazer. Portanto, se isto não é uma resposta direta às famílias, às populações e às empresas o senhor Presidente não sabe o que é de facto. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara extraordinária do dia 10 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO DOIS: TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE PARA 2021;**

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques usou da palavra e aproveitou este ponto da ordem de trabalhos para dar nota dos assuntos tratados na última reunião do ACeS, onde é representante da Assembleia Municipal. A senhora Deputada apresentou mapa que irá ser anexado à presente ata. Habitualmente em setembro a senhora Deputada participava na reunião onde eram apresentados os índices dos Centros de Saúde do ACeS Baixo Vouga. Este ano, e atendendo aos tempos pandémicos os resultados foram-lhe enviados via e-mail. Este mapa apresenta as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde primários que é transversal não só aos Vaguenses como a todos os portugueses em geral. Como se pode verificar no mapa, que apresenta uma tabela com os vinte melhores, o índice de desempenho dos cuidados de saúde primários na UCSP Vagos II aparece em último lugar com 56,1%. Quando a senhora Deputada apresenta isto não tem o intuito de apontar o dedo nem aos profissionais que lá trabalham nem à organização em si, mas porque pensa que enquanto Assembleia Municipal e Município devem tentar aprofundar e descobrir as suas dificuldades, tentar perceber a origem do problema e ajudá-los a melhorar. A própria UCS teve também um impacto grande na redução das atividades. Perante a apresentação destes dados são evidentes os constrangimentos no acesso da população às mais diversas valências dos cuidados de saúde primários, constrangimentos esses que inevitavelmente colocam em risco a vida das pessoas porque as doenças vão muito para além da COVID. À senhora Deputada cumpre-lhe alertar a Assembleia para a necessidade imperativa de perceber a problemática junto das entidades responsáveis no sentido de se fazer a retoma completa às atividades assistenciais, sob pena de ao abrigo da COVID o SNS, em particular os cuidados de saúde primários, conduza a um aumento da taxa de morbilidade e de mortalidade associada a não COVID. Uma vez que explica até agora a inoperância e a falta de estratégia e planeamento na gestão de uma potencial de segunda vaga, que ao contrário da primeira, foi amplamente anunciada por técnicos e

investigadores. A tutela, que efetivamente não está aqui representada, porque esta Assembleia é eleita pelos Vaguenses e não pela população portuguesa, não poderá utilizar o desconhecimento da possibilidade de uma segunda vaga como justificação para a não organização do sistema. Um exemplo crasso disto é a unidade de cuidados intensivos COVID no Hospital de Aveiro de momento não está a funcionar. Ela foi montada de forma apressada, em cima do joelho, quando os hospitais de referência, como o dos Covões, começaram a recusar a transferência de doentes, e está-se a falar em meados de março. Assim que o pico foi controlado e o número de casos começou a diminuir o número de doentes ventilados também diminuiu, ainda que cientes de uma segunda vaga, esse serviço foi desmantelado e está neste momento com obras. Há data de hoje não funciona. Para além de toda a atividade assistencial COVID não se compreenderá numa segunda vaga que a atividade assistencial a 100% aos restantes doentes seja descorada. Parece assim que com todas as dificuldades operacionais que se vive no país essa transferência de competências na área da saúde seria uma atitude imprudente por parte do Município, desde logo pelo modo como o senhor Presidente explicou que seriam feitas. Na situação pandémica atual cumpre à Tutela dar respostas adequadas em proporção, clareza e qualidade deixando reorganizações profundas para tempos não pandémicos. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que das poucas coisas que a COVID trouxe foi a maior proximidade que os cuidados de saúde primários passaram a ter com a Autarquia. É do conhecimento público que na fase mais complicada de facto teve que se articular praticamente diariamente com Autarquia, não só na realização dos testes como também no fornecimento dos EPI's. Precisamente por isso é que o senhor Deputado defende que o Município deve começar a fazer o caminho. Como o senhor Presidente disse, e não pode deixar de concordar, esta transferência visa essencialmente a despesa com o edificado, com alguma logística e até com as assistentes operacionais. No entanto, e dando um exemplo muito simples, felizmente o edificado da Unidade de Saúde de Vagos, na sua grande maioria, não carece de grandes intervenções e fala-se numa despesa anual de quinze mil euros em despesa corrente. O apoio logístico é facilmente controlável no sentido em que, por exemplo, a despesa com viaturas que ronda anualmente os trinta mil euros, com a intervenção que neste momento a Autarquia tem feito, que é a cedência de duas viaturas, essa despesa passaria provavelmente para cinco mil euros. E em vez de se ter cento e noventa mil euros de despesas em custos logísticos provavelmente passar-se-ia a ter cento e sessenta mil e já haveria alguma poupança. De facto, o que o senhor Presidente disse é verdade, a grande transferência de responsabilidade é *“mudar a lâmpada, reparar o estore, corrigir quando o flutuante levantou ou quando o teto caiu, porque houve uma infiltração”*. Mas os profissionais sofrem muito com isto, e não são só os profissionais os utentes também. A transferência da competências provavelmente irá acontecer, irremediavelmente, nos moldes que foram apresentados, os únicos que se conhecem até à data, e ter-se-á de começar a fazer esse caminho e tem de se pensar que pelo menos o que neste momento já vai acontecer tem possibilidades para ser configurado e tornar-se uma mais valia para os seus profissionais. Aquilo que o grupo municipal do CDS-PP desafia o Executivo Municipal é o

de começar a traçar esse caminho para quando a transferência de competências for feita ninguém ser apanhado desprevenido e já haver um percurso feito. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e começou por elogiar a intervenção da senhora Deputada Andreia Marques, é um bom exemplo. Já aqui foi dito o ano passado que as pessoas eleitas nesta Assembleia Municipal para cargos supramunicipais prestem contas e vão informando os membros da Assembleia Municipal daquilo que se vai tratando nesses fóruns. Por outro lado, quando se fala em saúde, hoje em dia, tem de se falar de COVID, não se pode fugir ao facto e, portanto, realçou o excelente desempenho dos profissionais de saúde a começar pelos do SNS, que tiveram um trabalho extraordinário, desde março até agora, e os portugueses sabem bem reconhecer esse esforço e esse mérito. Entretanto, algumas conclusões também já podem ser retiradas desta crise, sendo duas delas a maior ligação que é necessária às Autarquias, a descentralização, e o reforço que terá de haver nos cuidados de saúde primários. Ainda há pouco, uma das questões que passou por aqui na discussão é a falta de articulação entre as instituições da área da Segurança Social e da área da Saúde. Em Portugal temos um Estado que funciona muito em silos e, de facto, quando é necessário eles entenderem-se acabam por ter tutelas diferentes ou orçamentos também distintos e, depois, as coisas não funcionam bem. Quanto ao resto, em termos do tema da ordem de trabalhos, a Câmara Municipal não quer aceitar esta transferência de competência na área da saúde. A descentralização não é nada de novo, já se ouviu aqui, a Câmara Municipal nunca quis nenhuma delas, é contra este processo. O senhor Presidente da Câmara Municipal é contra o facto do Presidente do PSD ter chegado a um acordo como o líder do Partido Socialista e com o Primeiro-Ministro e, portanto, não gosta de desconcentração de competências, entende que é preferível estarem no Estado e poder queixar-se que o Estado não funciona ou funciona menos bem. Enfim, está no direito dele, é o que é. Tudo o resto que se sabe são pretextos sobre isto. Em relação à questão da desconcentração, e a esta necessidade de se estar a um nível mais próximo das pessoas, vai haver eleições para a Presidência das CCDR's, no próximo mês, e o senhor Deputado espera que pelo menos aí o senhor Presidente da Câmara esteja satisfeito com o acordo que o Presidente do seu partido fez com os outros partidos, porque, pelos vistos, na Região Centro poder-se-á vir a ter alguém que seja muito conhecedor desta realidade. O grupo municipal do PS vai votar a favor desta proposta da Câmara Municipal, mas pelos maus motivos como é óbvio, porque de facto a Autarquia não tem condições para receber estas competências e, por isso, percebe bem que o senhor Presidente não as queira. A Câmara Municipal não está organizada, não tem competência para ficar com elas, ou seja, aquilo que se percebe da Assembleia Municipal de hoje é que para pagar o "sabão macaco" ainda vai, agora para pagar alguma coisa para os serviços de saúde talvez para o ano, este ano ainda não. É assim, desta vez, por ventura, haverá um consenso nesta Assembleia e o grupo municipal do PS reconhece que a Câmara Municipal não tem condições para aceitar as competências na área da saúde neste momento. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para responder às questões abordadas pelos senhores Deputados. Em relação a esta última questão abordada pelo senhor

Deputado Óscar Gaspar se tivesse ouvido com atenção a intervenção do senhor Deputado Hugo Santos não tinha dito o que disse porque ela desmente tudo aquilo que disse. O senhor Hugo Santos, além de membro desta Assembleia Municipal, é profissional de saúde de cuidados primários e pode dizer aqui quem é que levou EPI's, quem é que ainda hoje faz as intervenções necessárias no Centro de Saúde, quem é que forneceu carros, quem é que forneceu tendas, quem é que forneceu telemóveis. Em relação à descentralização e às eleições para a CCDRC o senhor Presidente da Câmara não concorda nada com este acordo que foi feito entre os Presidentes dos dois partidos. Dar o exemplo de descentralização num processo que é decidido por duas pessoas neste País, de facto, é "o cúmulo máximo da piada". De facto, este processo, felizmente, vai conduzir a que a Região Centro tenha uma Presidente na CCDR extremamente competente e é a melhor pessoa para aquele lugar, mas não é por se ter tido essa sorte, aqui na Região Centro, que o senhor Presidente vai concordar com o processo. O processo é mais uma "artimanha" do senhor Primeiro Ministro. Aliás, o senhor Presidente ouviu no outro dia um debate entre o senhor António José Seguro e o senhor António Costa onde ele chamou desleal e desonesto ao António Costa, por causa daquele processo eleitoral interno dentro do Partido Socialista e este processo vai mais ou menos nessa linha. Relativamente ao desempenho dos profissionais do sistema nacional de saúde não deixa de ter a sua piada a intervenção do senhor Deputado Óscar Gaspar, quando diz que os portugueses reconheceram o esforço que todos eles fizeram. O Governo também reconheceu *"pois até autorizou que a Final da Liga dos Campeões se realizasse em Portugal que foi uma coisa que os profissionais de saúde todos jubilaram e ficaram extremamente felizes por esse grande reconhecimento que o Governo decidiu dar aos profissionais de saúde."* O senhor Presidente tem conhecimento que o ponto não será votado por unanimidade, porque o grupo municipal do CDS-PP é a favor da transferência da competência. A Câmara Municipal tem as competências: das Praias; das Vias de Comunicação; do Atendimento ao Cidadão; do Património Imobiliário Público; Educação; Transportes em Vias Navegáveis e só não ficou com: os Jogos, que não tem interesse nenhum no Município; a Justiça; os Bombeiros, porque é "armadilha aos Municípios; a Habitação; o Estacionamento Público, não tem grande impacto; Proteção e Saúde Animal, que é um diploma bastante complicado; a Cultura; a Saúde e o Náutico de Recreio e Portes. Não tem havido por parte do Governo um acompanhamento devido nesta matéria. A Assembleia Municipal é que deliberou aceitar a competência da EN 109 e a Câmara Municipal está há um ano e meio à espera de resposta por parte do Governo. A Assembleia Municipal é que aceitou a competência na área do Património e até à data a Câmara Municipal ainda não obteve qualquer resposta e, por exemplo, a Casa dos Magistrados continua ao abandono, assim como as Casas Florestais, a antiga Martins & Rebelo que tem de ser a Câmara Municipal a ir limpar porque o Estado já nem isso faz. E não há sinal do Governo nesta matéria. As questões que o senhor Deputado Hugo Santos colocou são pertinentes, ou seja, e o senhor Presidente não irá discordar delas até porque a sua intervenção vai muito na mesma linha. O senhor Deputado sabe que quando foi preciso quem esteve sempre presente foi a Câmara Municipal e esteve desde o primeiro momento ao lado dos profissionais de saúde nesta luta difícil da COVID 19. Se houve

coisa positiva com a COVID foi o facto de aproximar os cuidados de saúde primária da Autarquia Local e das Juntas de Freguesia. Agora, a verdade é que os exemplos dados, o Posto de Saúde da Gafanha da Boa que está aberto intermitentemente e fechado intermitentemente e Covão do Lobo, não é por questões logísticas que essas duas unidades estão fechadas. Como se sabe no Covão do Lobo foi feita uma intervenção/investimento, por parte da Junta de Freguesia, a pedido do ACeS, onde foi feito um grande investimento, e continua fechado. O dizer que não a esta competência é uma declaração política, porque a Autarquia já faz isto, ou seja, quando há um problema logístico, como mudar uma fechadura, reparar uma porta, etc..., os profissionais ligam à Câmara Municipal para ir resolver o problema. E a Câmara Municipal irá continuar a resolver este tipo de problemas, não há nenhuma questão quanto a isso, vai estar onde o Governo não está, se é para bem da população de Vagos vai continuar a fazer. A Câmara Municipal não pode, e é esse apelo que o senhor Presidente faz ao CDS, é deixar passar a imagem de que esta é uma boa competência para o Município, porque não é. A Câmara Municipal se tivesse mais competências nesta matéria não teria medo de exercer estas competências, ela quer é mais, porque se assim for será melhor para os cuidados de saúde primários em Vagos. Em relação à intervenção da senhora Deputada Andreia Marques o senhor Presidente endereçou os parabéns e salientou o facto de ter dado conta dos dados em relação aos cuidados de saúde primários. A questão da saúde é sempre uma matéria complicada, porque lida-se com dados estatísticos e às vezes estes podem não estar diretamente relacionados com a qualidade da intervenção e a senhora Deputada fez questão de frisar isso. E aqui o melhor dado que se tem é que graças ao trabalho conjunto entre a Autarquia e os cuidados de saúde primários, Vagos ainda hoje, mantêm uma das melhores situações epidemiológicas do País e da Região e isso é mérito desta aproximação que houve entre as várias instituições do Concelho: as IPSS's; as empresas; as escolas. O que o Executivo Municipal quer não é menos é mais e o apelo que o senhor Presidente deixa é que o CDS-PP vote favoravelmente à proposta da Câmara Municipal, para não ficar com a competência, no fundo para se tentar fazer pressão ao Governo para serem dadas mais competências nesta matéria. Os membros desta Assembleia Municipal podem ficar convencidos que mais competência para o Município na área da Saúde significaria uma melhor Saúde para os Vaguenses, porque o que se pretende é trabalhar de uma forma mais próxima com os profissionais de saúde, proporcionar-lhes melhores condições de trabalho e proporcionar melhores condições a todos os Vaguenses. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e deixou uma nota relativamente ao que foi anteriormente dito pela senhora Deputada Andreia Marques, e vai servir aqui de porta voz do Governo, uma vez, excecionalmente. Os serviços do Hospital de Aveiro estão a tratar doentes COVID neste momento, há uma pessoa internada. Tem havido quatro/cinco pessoas internadas. De facto, houve um problema técnico nos cuidados intensivos, neste momento estão fechados, mas serão reabertos a partir da próxima quinta-feira, dia um de outubro. -----

----- A senhora Deputada Andreia Marques voltou a usar da palavra e referiu que quem informou o senhor Deputado Óscar Gaspar informou-o erradamente. O Hospital de Aveiro sempre teve doentes COVID e não é só um, é mais do que um, tem camas de internamento e áreas COVID na

urgência: COVID A, COVID B e COVID C. Para além disto precisa de cuidados intensivos e estes, sim, não estão a funcionar, o serviço foi desmantelado para obras e não vai abrir dia um de outubro porque há falta de tubagens de vácuo com pressão negativa no Hospital. -----

----- O senhor Deputado Hugo Santos voltou a usar da palavra para corrigir um pequeno dado, ou seja, o Concelho de Vagos não teve um excelente resultado, o Concelho de Vagos é neste momento, pelo menos até à data, o Concelho do ACoS Baixo Vouga que melhor resultado e melhor desempenho teve na luta contra a COVID, mesmo com todas as dificuldades que teve de ultrapassar. -----

----- O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e referiu que tinha conhecimento deste dado e isso é mérito de todos. -----

---- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com (21) vinte e um votos a favor)19 dezanove votos a favor do grupo municipal do PSD (19) e 2 dois votos a favor do grupo municipal do PS, e com 6 seis abstenções, do grupo municipal do CDS-PP, **deliberando a Assembleia Municipal que o Município não aceite**, para o ano de 2021, as competências na área da Saúde previstas no Decreto-Lei nº56/2020, de 12 de agosto, conforme proposto pela Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara extraordinária do dia 10 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO TRÊS: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com a informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra e fez também alguns esclarecimentos adicionais, de acordo com a informação disponibilizada a todos os membros. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que se pode dizer que esta proposta é dececionante. A exposição de motivos que aparece não é clara e, por exemplo, no ponto quatro diz “o objetivo à alteração do regulamento de organização dos serviços municipais é manter...”. Aquilo que parece, e de alguma forma foi um pouco mais escrutinado pelo senhor Presidente da Câmara, esta proposta resume-se a alterar o regulamento, mas no fundo é para tratar de um problema concreto. A crítica que se pode aqui fazer é que nesta alteração não há nenhuma visão estratégica sobre aquilo que é preciso para os serviços da Câmara Municipal. Todas as Câmaras Municipais têm absoluta legitimidade de propor a organização dos serviços como entendem, é para isso que a Câmara Municipal funciona e os serviços devem estar articulados com as prioridades políticas que são definidas. De qualquer forma, para não falar de falta de ambição, há aqui falta de estratégia e deixou duas notas. Uma delas foi já referida, faz agora um ano, tem a ver com o Turismo. Tanto quanto se percebe não há aqui nenhuma referência a Turismo, ou seja, continuar-se-á a não ter ninguém que coordene e que esteja diretamente a acompanhar as questões do Turismo. Em termos retóricos diz-se que o Turismo é muito importante para o Concelho de Vagos, se calhar tem-se uma ou duas pessoas que acompanham mas olha-se

para a estrutura da Câmara e não está lá Turismo, o que quer dizer na prática, esta área não é prioridade. Por outro lado, é de louvar o reforço da questão da Educação, absolutamente central e determinante para o Concelho e, portanto, é bom que tenha uma estrutura forte. Por último, a Câmara Municipal devia estar a preparar-se para aquilo que é a delegação de competências e descentralização administrativa e, por isso, não devia estar a pensar numa organização dos serviços municipais para responder àquilo que são as necessidades de hoje mas aquilo que são as necessidades que todos já sabem que vão existir pelo facto da Câmara passar a ter outro tipo de competências no próximo ano. Sinceramente, o grupo municipal do PS não encontrou esta preocupação de modernização e caminho da Câmara para estas novas competências que vai necessariamente ter. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que todas as críticas são sempre aceitáveis mediante o enquadramento. Se tivesse vindo aqui uma alteração significativa da estrutura orgânica a um ano de eleições o senhor Deputado estaria a dizer que não havia estratégia porque *“olha agora estar a mudar a estrutura orgânica a um ano de eleições.”* Esta foi a estrutura orgânica que o Executivo Municipal elegeu para este mandato e a única alteração significativa, mesmo que venha a ficar com todas as competências, foi precisamente na área da Educação. Para além disso, aquilo que a Assembleia Municipal aprova é a estrutura macro, depois internamente o Executivo Municipal pode alterar a estrutura, basta que haja uma decisão da Reunião de Câmara e algumas coisas são competência própria do Presidente da Câmara. Aquilo que aqui se está a discutir é que a única competência que tem de facto impacto direto na gestão do dia-a-dia do Município é precisamente a questão da Educação. A Câmara Municipal ficou com a competência da Educação no início de janeiro deste ano, mas estava previsto ter sido no início do ano letivo anterior, também se atrasou um ano, mas está-se a falar em oitenta e tal funcionários e essa, sim, é uma estrutura pesada. Esta foi a estrutura escolhida pelo Executivo para este mandato, vai ao encontro daquilo que são as necessidades estratégicas, Não pode haver uma chefia em todas as áreas consideradas importantes e, por isso a área do Turismo não tem nenhuma chefia, mas tem a chefia direta da senhora Vereadora Sara Caladé e é essa a chefia que é necessária relevar na execução. O Executivo Municipal está a trabalhar muito em matérias turísticas, não tanto como em outras áreas, é verdade. Na área do desenvolvimento económico está-se fortemente apostado e o senhor Presidente informou de que se tudo correr bem na próxima semana haverá notícias para mais um grande investimento no Concelho de Vagos. A Câmara Municipal tem o núcleo de Modernização Administrativa que é uma matéria onde está perfeitamente à vontade. Aliás, foi por ter um procedimento bastante simplificado no que diz respeito, por exemplo, às obras particulares e no atendimento ao cidadão que permitiu que a Câmara Municipal, ao contrário de outros Municípios, não parasse de vez durante o confinamento. A Câmara Municipal esteve sempre a funcionar através das plataformas digitais precisamente pelo trabalho que foi feito ao nível da Modernização Administrativa e do Atendimento ao Cidadão. Se houvesse um atendimento tão competente e tão capaz, e o senhor Presidente não diz isto por falta de competência, capacidade e de empenho dos funcionários, quer das Finanças quer da

Conservatória, que por falta de recursos humanos e por falta de investimento do Estado estão um caos, o Concelho estaria bem. Estes são os serviços que deviam preocupar o Partido Socialista, esta modernização que tanto reclama. Houve muitos cidadãos que se dirigiram ao Atendimento ao Cidadão que está descentralizado no Município de Vagos, ainda bem que ficou com ele, e em breve irá abrir o balcão de Fonte de Angeão, porque não tinham respostas na Administração Pública Central. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezanove (19) votos a favor, do grupo municipal do PSD, dois (2) votos contra, do grupo municipal do PS, e seis (6) abstenções, do grupo municipal do CDS-PP. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara extraordinária do dia 10 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO QUATRO: ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO CARVOEIRO – VOUGA – (AMC-VOUGA) – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS;** -----

----- O senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra para perguntar diretamente ao senhor Vice-Presidente da Câmara se nas alterações dos estatutos há alguma perda de direitos ou algum acréscimo de compromissos e de responsabilidade por parte da Câmara Municipal de Vagos. Entretanto, o anexo que foi enviado aos membros da Assembleia Municipal, de um advogado, introduziu alguma confusão porque não se percebeu exatamente qual era o efeito daquele parecer a dizer que haviam lá alterações que não precisavam de vir à Assembleia Municipal. O senhor Deputado questionou o que era aquilo e porque é que foi enviado aos membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e começou por fazer um retratamento, o senhor António José Seguro não chamou desonesto ao senhor António Costa, foi desleal e traidor e, portanto, repõe aqui a questão da desonestidade. Em relação ao ponto da ordem de trabalhos a última questão colocada pelo senhor Deputado não era aplicável ao Município de Vagos. Houve um erro no processo inicial, nas percentagens, o somatório das percentagens das participações sociais não dava 100%. Quando o processo foi a reunião de Câmara isso já estava alterado e esse parecer era aplicável àqueles que já tinham tomado as decisões em sede de Assembleia Municipal. Relativamente à questão da participação e ao aumento de encargos ou não, não há um aumento de encargos diretos há simplesmente uma clarificação em relação a uma matéria, que é no caso de haver investimentos não estava clarificado como é que era dividido o investimento pelos Municípios. Portanto, podia ser dividido igualmente por todos os Municípios que fazem parte da Associação de Municípios do Carvoeiro, porque não estava definido como é que era feita essa divisão. A partir desta alteração de estatutos ficará definido que Vagos só pagará 4,3% que é sua percentagem dos investimentos que forem feitos. O senhor Presidente chamou à atenção de um

aspeto que considera importante, ou seja, quando a Assembleia Municipal, em dois mil e doze, aprovou a proposta de adesão à Associação dos Municípios do Carvoeiro está-se a falar de uma decisão muito importante, do ponto de vista da conservação dos recursos, nomeadamente o recurso água, e neste momento Vagos já pouco recorre ao seu lençol freático e ao cretáceo, porque está-se a usar muita água do Carvoeiro. Desta forma Vagos está a conservar os seus recursos naturais o que é importante para as gerações vindouras, mas sobretudo foi dada aqui um passo importante pelos seis Municípios, que na altura faziam parte da Associação de Municípios do Carvoeiro, de participar gratuitamente e de ter uma percentagem de 4,4% de um investimento e nos últimos anos foi feito um investimento de cerca de cinquenta milhões de euros. Se for somado a isso o próprio negócio, os números não andarão muito longe dos cem milhões de euros que vale o património e o negócio que está subjacente a ele. Portanto, esta decisão do Município de Vagos entrar na Associação de Município do Carvoeiro foi do ponto de vista ambiental absolutamente correta. Do ponto de vista financeiro no imediato teve de se deixar de vender a água à AdRA, cerca de duzentos/trezentos mil euros por ano, mas era água que estava a ir ao cretáceo e deste modo estar-se-ia a usar os últimos recursos naturais que se tem do ponto de vista da água. Esta decisão de ficar agora clarificado que cada Município contra participará na sua percentagem o investimento que for feito parece uma postura completamente natural e normal. A Associação de Município do Carvoeiro já pediu por diversas vezes ao Governo para ser um exemplo para o País, de articulação de todas as infraestruturas de exploração de rede em alta e em baixa de água e saneamento. Neste momento, poder-se-ia ter uma espécie de autonomia na Região de Aveiro, porque existe a Associação de Municípios do Carvoeiro que vende água em alta, água em bruto, que depois é distribuída pela AdRA que recolhe o saneamento e depois vende às águas do Centro Litoral. A proposta que existe, já há algum tempo, discutida na CIRA é a de se ficar com todo este negócio centralizado numa única empresa que podia ser a AdRA ou uma outra. Essa seria uma boa decisão, mas infelizmente tem havido algumas dificuldades na implementação dessa decisão. Os oito Municípios da Associação dos Municípios do Carvoeiro estão disponíveis para negociar com o Governo, sendo certo que todos sabem o valor que se tem naquele património e, portanto, não vai ser com “tostões” que se vão desfazer dele. Este é um bom ativo que o Município tem e aquele investimento que for feito a mais também será para o Município pela sua percentagem. A percentagem é pouca porque na altura teve a ver com os consumos que eram previstos por cada um dos Municípios e, portanto, essas foram as contas que em dois mil e doze foram feitas e, por isso é que Vagos tem 4,3%. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por maioria**, com dezanove (19) votos a favor do grupo municipal do PSD e seis (6) do grupo municipal do CDS-PP, e duas (2) abstenções do grupo municipal do PS. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 17 de setembro de 2020. ---

----- **PONTO CINCO: ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DE VAGOS – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação da primeira parte do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- O senhor Vereador Pedro Bento fez uma breve apresentação da segunda parte do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- O senhor Deputado Filipe Jorge abandonou a sessão quando eram cerca das vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- O senhor Deputado Jorge Pereira usou da palavra e começou por dizer que este é um documento bem elaborado, bastante informativo e completo, mas peca um pouco por falta de humildade, ou seja, na página cinco diz que a nível de Estratégia de Habitação Local o Município de Vagos inicia uma abordagem inovadora e pioneira em Portugal. Na verdade, é que há pelo menos cento e sessenta Municípios em Portugal que apresentaram documentos iguais a este. Quanto ao setor da habitação o grupo municipal do CDS-PP sempre afirmou que é um dos “calcanhares de Aquiles” do Concelho de Vagos, a falta de investimento em habitação social. Finalmente, vêm-se as obras de requalificação no Bairro Dr. Pedro Guimarães, mas esta devia ser uma prioridade do executivo que deveria ir mais além e ter uma estratégia própria para o problema já há alguns anos. Seguramente, que se o endividamento do Município aumentar através de investimento próprio para colmatar as enormes carências de habitação social em Vagos os vaguenses irão compreender e reconhecer o esforço do Executivo. Relativamente a este programa, efetivamente, ele é importante, a verdade é que colocam mais uma vez a carga em cima dos privados que por si só não têm capacidade para investir, porque as pessoas que vivem nestas condições é porque não têm capacidade de investir e não por preferirem viver assim, todos gostam de viver bem e de ter uma casa boa. Todos sabem que este problema não é só deste Município é um problema nacional. Quanto a políticas de habitação este Governo tem prometido muito, mas tem feito pouco, desde as camas para Universitários, onde foram prometidas duas mil e quinhentas camas e depois só arranja trezentas. No caso do nosso Município espera-se que este projeto tenha uma grande adesão, pois seria muito importante que estes duzentos e três casos identificados, cerca de seiscentos cidadãos que vivem em condições difíceis, fossem ajudados e que se criem condições para desenvolver um tipo de apoio que lhe devolva um direito a uma habitação condigna para viver, que é um direito constitucional. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que o grande tema da Assembleia Municipal é este. Os outros temas podem ter o seu interesse, serão necessários, quer os que passaram como os que vem a seguir, mas este é o tema desta Assembleia Municipal. É o tema da habitação, é o tema das pessoas terem direito à habitação aqui, também, em Vagos. A habitação é de facto, como está no documento, um direito, é uma aspiração, é uma preocupação e, por isso, é que, por exemplo, em contexto COVID é, e tem sido, tão importante as medidas de apoio à habitação. Dese logo a questão das moratórias em relação aos empréstimos à habitação, que permitiram dar alguma almofada às famílias portuguesas. O senhor Deputado lamenta que aqui em Vagos não se tenha ido por aí, mas conforme aqui se disse em junho houve muitas

Autarquias deste país que apoiaram as famílias em termos daquilo que são as rendas de casa, a eletricidade e a água durante estes meses. Era absolutamente essencial, e o senhor Deputado não discute os tais duzentos e vinte mil euros que a Câmara gastou, só ainda está para saber exatamente em quê, na luta contra a COVID, mas também era importante que tivesse aplicado nas famílias Vaguenses. Com este documento está-se a falar de habitação e da candidatura ao Primeiro Direito que tem por base o decreto-lei 37/2018, em que se diz que o governo reconheceu, no âmbito das suas prioridades políticas, o papel central da habitação e da reabilitação para a melhoria da qualidade de vida das populações, para a revitalização e competitividade das cidades e das vilas e para a coesão social e territorial. É disto mesmo que se fala. Por isso é que o Primeiro Direito é uma grande iniciativa para identificação das pessoas, mas também porque obrigou, como se viu, a Câmara Municipal de Vagos, ela própria, a ter que olhar para a habitação social. Nunca o tinha feito, infelizmente há décadas que não o faz. Vagos tem dois bairros sociais, o Bairro Dr. Pedro Guimarães e o Bairro da Corredoura, que têm ao todo quarente e duas habitações e, neste plano, está a falar em cinquenta e uma para além daquelas que são promovidas pelos privados. Ter-se-á aqui, talvez, o maior plano que alguma vez houve de habitação social em Vagos e o grupo municipal do PS está muito satisfeito com isso e saúda de forma efusiva o facto de não haver nenhum *laivo* de xenofobia, ou coisa semelhante, nas intervenções desta Assembleia Municipal, porque isto é muito importante. Está-se a falar de duzentas e três famílias Vaguenses, cerca de seiscentas pessoas, que merecem que se olhe por elas e que se permita ter outro tipo de habitação. O senhor Deputado também concorda que o documento está muito bem feito, e está tão bem feito que claramente não foi feito pela Câmara Municipal. Para contextualizar, diz-se *“igualmente é de sublinhar a recente aprovação da lei de bases da habitação, lei 83/2019.”* Quem é que votou contra a lei de bases da habitação? Perguntou. No dia cinco de julho de dois mil e dezanove votou contra o PSD e o CDS-PP. E é por isso que se sabe para além da retórica que se faz e de alguma adesão mais recente a esta problemática da habitação mas a verdade é que se sabe que o Partido Socialista, esse sim quer em termos autárquicos como em termos nacionais, sempre pugnou pelo direito à habitação, os outros cada um que fale por si. -----
----- O senhor Deputado Xavier Neto usou da palavra e parabeniza a Câmara Municipal pelo documento apresentado. A maior preocupação do senhor Deputado é em relação à habitação jovem, porque neste momento os jovens querem sair de casa dos pais e nos últimos anos não tem existido políticas nesta área o que preocupa a grande parte, ou maioria, dos jovens. Podia-se estar a falar aqui de política nacional e de várias situações como, por exemplo, os elevados impostos que todas as pessoas têm que pagar, inclusive os jovens, o que dificulta esta emancipação, mas não irá por aí. Relativamente ao documento salientou um ponto, que a seu ver era importante estar aqui, ou pelo menos a ser abordado, a morosidade e burocracia que existe nos processos quando se pretende construir uma casa. As burocracias são sempre muitas e devia haver um objetivo de tentar facilitar a aprovação destes projetos e também acelerar o período de aprovação dos mesmos. -----

----- O senhor Presidente voltou a usar da palavra para responder às questões colocadas. Em relação à estratégia inovadora é evidente que a Câmara Municipal está na primeira geração de planos deste género, portanto é inovadora no cento e tal Municípios, é sinal que há cerca de duzentos que não o estão a fazer. Obviamente, não há aqui nenhum pretensiosismo da parte da Câmara Municipal. Houve a necessidade de construir um documento, é um documento muito complexo, e por isso demorou um pouco mais a sua apresentação, tentou-se ser o mais conciso possível e dar a maior parte de informação daquela que se considerou ser fundamental. Para além disso, não é exatamente assim, ou seja, que não se tenha já tido políticas de habitação. Aliás, o Município de Vagos foi dos primeiros no país a aprovar a área de reabilitação urbana (ARU) e a estratégia da reabilitação urbana da Vila de Vagos. Não é uma política para todo o Município, é verdade, mas um dos objetivos quando se aprovou a ARU para a Vila de Vagos era também levar a aprovação de criar várias ARU's aos centros das Freguesias. Entretanto, surgiu esta possibilidade, esta questão já anda a ser discutida com este prestador de serviços há já algum tempo. Avançou agora, pela rapidez que era necessária e pelo facto deste ser um projeto 100% financiado pelo Estado. Houve a necessidade de recorrer a ajuda externa porque é um documento extremamente complexo, mas se não fosse o apoio das Juntas de Freguesia, das IPSS's e dos serviços internos, nomeadamente o da Ação Social e da Equipa de Projetos, com a Coordenação do senhor Vereador Pedro Bento e da senhora Vereadora Dulcília, que lideraram este projeto, não teria sido possível elaborar este documento. Este é um documento no qual a Câmara Municipal se revê, não é primeiro documento que fala de habitação ou de regeneração urbana, mas é extremamente importante porque abrange outras matérias nomeadamente a questão da ação social. A Câmara Municipal na altura da COVID decidiu não baixar as rendas sociais por uma razão, e tem uma explicação muito lógica, e falar-se disto desta forma pode, por vezes, tornar-se um pouco demagógico. A maior parte das rendas sociais que a Câmara Municipal tem nas suas habitações sociais são rendas cujos rendimentos em primeira instância derivam de prestações sociais, e tanto quanto se sabe as prestações sociais não tiveram nenhuma quebra durante a COVID. Mesmo os ordenados não houve impacto imediato, a não ser que o agregado familiar tenha sofrido com o desemprego ou com o lay off. Caso isso aconteça, caso a caso, os serviços de Ação Social analisarão as situações. A Câmara Municipal tem apoiado, através dos serviços de Ação Social, dezenas e dezenas de rendas, apoio a arrendamento, fora da habitação social, tem apoiado muita construção no Concelho, tem apoiado muitas alterações a casas que já são das pessoas, mas se encontram em mau estado. Tem sido feito muito trabalho nesta matéria, nunca se fez foi um documento onde pusesse "a nu" tudo aquilo que foi pensado para o Concelho, também nunca houve um programa Primeiro Direito e nunca houve um objetivo estratégico do País, porque os Municípios podem ajudar, podem fazer muita coisa, podem substituir-se ao Governo por muitas ocasiões, mas não tem dinheiro para tudo e, por isso, a Câmara Municipal não consegue fazer mais. Em relação a desburocratização, hoje a Câmara Municipal de Vagos não tem nenhum processo nas obras particulares em papel, a não ser aqueles que são de há muito tempo e têm de ser digitalizados e esse trabalho já está a ser feito. Um processo antigo que seja recuperado por

alguma razão, nomeadamente para obter licenças de utilização, é todo digitalizado e a partir daquele momento já vai para o “arquivo morto”. A Câmara Municipal terá de fazer uma reestruturação no arquivo porque muito dele já não interessa. Mesmo assim, durante a altura da COVID foram muitos os processos que entraram. No ano passado na Região de Aveiro a Câmara Municipal de Vagos foi o segundo Município, atrás do Município de Aveiro, que mais processos novos licenciou. O que falta em Vagos é de facto habitação coletiva e agora há um bom documento para fazer esse trabalho para ir ao encontro das expectativas, que são muitas, dos empresários que reclamam todos os dias que as pessoas vem para o Concelho trabalhar e não têm onde viver. O trabalho nesta matéria é para continuar e este é o caminho certo. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 17 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO SEIS: IMPOSTOS MUNICIPAIS;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto seis e sete em conjunto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- o senhor Deputado Óscar Gaspar usou da palavra e referiu que em relação ao IMI, à tributação sobre a habitação, mantêm-se as taxas e, por isso, a linha de votação do grupo municipal do PS será igual àquela dos anos anteriores. No entanto, quando se fala de habitação fala-se de uma série de encargos sobre as famílias. Quando o senhor Presidente da Câmara falou em rendas sociais não era disso que o grupo municipal do PS estava a falar. O PS no dia nove de junho de dois mil e vinte, nesta Assembleia Municipal apresentou um documento em que tinha vários exemplos de benefícios às famílias, aos Municípios, nomeadamente em sede de habitação. O exemplo em concreto, dado nesta altura, foi o de uma cidade do norte, foi o de um agregado familiar com duas pessoas há autarquias nacionais a dar um apoio até quatrocentos e noventa euros e setenta e seis cêntimos, em termos de eletricidade um apoio de vinte e nove euros e cinquenta cêntimos, por mês, em termos de gás vinte e um euros e setenta cêntimos e em termos de água, saneamento e RSU's vinte e dois euros e quarenta cêntimos. É disto que se fala quando se refere a apoio social às famílias e aos municípios, e não só apenas naquilo que são as rendas sociais, que são, obviamente, rendas mais baixas e que têm outros pressupostos de atribuição e de pagamento. Isto é que são os verdadeiros apoios e incentivos aos municípios. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que, como todos têm conhecimento, estando estes impostos na taxa mais baixa que é possível à Câmara Municipal definir, entendeu que não havia grande necessidade de fazer uma intervenção. Contudo, não consegue ficar bem sentado na cadeira ao verificar que a proposta do PS de Vagos fez para que estas Assembleias Municipais fossem transmitidas on-line era precisamente para poder fazer este tipo de “brilhantes”. Fica muito bem vir aqui dizer que há Câmaras Municipais que dão determinados montantes em dinheiro. O senhor Deputado entende que era sério chegar aqui e

fazer uma proposta, mediante o conhecimento que se tem da capacidade financeira do Município, séria para as pessoas que estão a ouvir lá em casa, para perceberem se Vagos teria a mesma capacidade que o Município que foi apresentado como exemplo, para fazer esse tipo de coisas. É preciso olhar para as capacidades que se tem. Seria sério trazer aqui uma proposta de um Município que estivesse equivalente ao de Vagos. Não é sério vir aqui fazer propostas impossíveis de implementar. O que é correto é felicitar a Câmara Municipal pelo trabalho que tem feito e as pessoas têm demonstrado que reconhecem esse trabalho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que ficou com algumas dúvidas em relação ao exemplo apresentado pelo senhor Deputado Óscar Gaspar, ou seja, qual é a taxa de desemprego do município em causa, ou qual é o orçamento, quantas IPSS's tem e quantas são apoiadas por esse Município, se tem Regulamento de Apoio aos Bombeiros, se tem um Regulamento de Apoio à Corporação e aos próprios Bombeiros. O senhor Presidente deu o exemplo de centenas de crianças apoiadas na Ação Social Escolar que tem de ir a reunião de Câmara para aprovar, porque não se pode aprovar Ação Social Escolar para cidadãos estrangeiros, e neste momento Vagos tem muitos vindos da Venezuela que estão meses à espera para irem tratar do processo de legalização no SEF. Se não fosse a Câmara Municipal, e a coragem de todos em aprovarem algo que não está previsto na lei, o que seria dessas crianças, que são centenas regressadas da Venezuela, no ano letivo passado e já este ano. O que importa é falar de Vaguenses reais, não é de números, estatísticas e de exemplos hipotéticos. A maior parte destes estrangeiros tem dificuldades em arranjar trabalho porque o SEF não lhe resolve a questão da nacionalidade ou da autorização de residência, estão meses e meses à espera. Em vez de se falar de medidas irreais tem é de se resolver os problemas, o Governo tem de resolver os problemas reais do País: do SEF; da Conservatória; das Finanças; da Saúde; da Segurança Social e das IPSS's. E isto não é falar só por falar, é falar do dia-a-dia que é isso que mais interessa. É verdade que a Câmara Municipal gostava muito que os Vaguenses não tivessem de pagar impostos. O País vive numa circunstância em que tem a maior carga fiscal de que há memória, imposta por este Governo. -----

----- O senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a usar da palavra e referiu que o PSD continua muito desconfortável com a transmissão on-line das Assembleias Municipais. Da parte do PS aquilo que diz com a transmissão pela internet dizia-o presencialmente. Não diz, agora, nem mais nem menos daquilo que dizia. É uma obrigação dos políticos falar para quem os elegeram e, portanto, se esta Assembleia Municipal em vez de chegar às quarenta pessoas, que estão nesta sala, puder chegar a quatrocentas, ou quatro mil, tanto melhor. Cada um assume o que diz e as suas responsabilidades. O repto lançado pelo senhor Deputado Nuno Moura, se é que está mandatado para o fazer, se é que o grupo municipal do PSD o suporta, o grupo municipal do PS está disponível para se sentar à mesa e na próxima Assembleia Municipal trazer-se uma proposta concreta de benefícios aos Vaguenses, Com as contas, ver o que é que é possível fazer face à situação financeira e orçamental da Câmara Municipal e aquilo que se pode atribuir. O grupo municipal do PS já aqui questionou quanto é que a Câmara Municipal está a poupar de não

financiar, por exemplo, este ano o Vagos Metal Fest e por não ter patrocinado as Festas do Município. Este ano não há só despesas a mais, também há despesas a menos. Se o senhor Deputado Nuno Moura quer ser sério com aquilo que disse o grupo municipal do PS aceita o repto, é só agendar uma reunião, também com o grupo municipal do CDS-PP, para se mostrar aquilo que as outras Autarquias fazem e ver se é possível, ou não, Vagos fazer também algo semelhante. -----

----- O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que o senhor Deputado Óscar Gaspar voltou a não ser sério, porque até parece que há a transmissão on-line porque o PSD votou a favor. Se o grupo municipal do PSD tivesse votado contra a proposta e não tivesse vontade que existisse transmissão on-line desta Assembleia não eram os dois membros do grupo municipal do PS que iam conseguir isso. O PSD nunca foi contra a transmissão on-line. O PSD é contra vir-se aqui fazer de conta que é tudo muito bonito e não é, e a resposta do senhor Deputado Óscar Gaspar está aceite e irão reunir e trabalhar sobre isso. Tudo o que esta Assembleia Municipal fizer em prol dos Vaguenses é sempre benéfico e, portanto, se houver hipóteses de encontrar uma solução e mostrar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que há dinheiro que pode ser transferido para essas verbas e fazer melhor aos Vaguenses é muito bom. O senhor Deputado duvida é que isso aconteça, porque é feita uma gestão e á um programa que foi votado e por isso tem de ser aplicado e é isso que tem sido feito. A única coisa que o senhor Deputado queria que as pessoas percebessem é que o PSD não é contra a transmissão on-line, porque se o PSD não quisesse ela não existia, e que quando se vem aqui falar, devesse fazê-lo com seriedade. Quanto à reunião será agendada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra apenas para relembrar daquilo que são as competências da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. No próximo ano há eleições e se decidirem apresentar uma proposta para apoiar uma baixa de impostos, e esta for concretizada, depois não venham com acusações de que o Executivo Municipal está a ser eleitoralista. De resto a Câmara Municipal está objetivamente confortável com qualquer reunião que possa haver, participando ou não, se for convidada para isso, para discutir qualquer matéria. O Executivo Municipal nunca se incomodou de aceitar propostas/ideias vindas da oposição, por vezes até é acusado de “roubar” ideias à oposição. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto sete da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 17 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO SETE: TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM;** -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto oito da ordem de trabalhos, aprovado em Reunião de Câmara ordinária do dia 17 de setembro de 2020. -----

----- **PONTO OITO: NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO – ANOS 2020 E 2021;** -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal fez uma breve apresentação do ponto, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Não houve qualquer intervenção. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu o ponto a votação, tendo o mesmo sido **aprovado por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Victor Fernando Santos Neto, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e duas horas e trinta minutos da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa. -----

O Presidente,_____.